

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO, HOTELARIA E TURISMO

**PROVISÕES: DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS COTADAS NA *EURONEXT*  
*LISBON***

MARISA ISABEL MOREIRA PEQUENO

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Fiscalidade

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO, HOTELARIA E TURISMO

**PROVISÕES: DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS COTADAS NA *EURONEXT*  
*LISBON***

MARISA ISABEL MOREIRA PEQUENO

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Fiscalidade

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Doutor: Joaquim Sant'Ana Fernandes, professor adjunto na ESGHT da Universidade do Algarve

Mestre: Cristina Isabel Ramos Gonçalves, professora adjunta na ESGHT da Universidade do Algarve

2014

**PROVISÕES: DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS COTADAS NA *EURONEXT*  
*LISBON***

**Declaração de autoria de trabalho**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Assinatura:

*Copyright* em nome de Marisa Isabel Moreira Pequeno.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

## **DEDICATÓRIA**

Gostaria de dedicar este trabalho a todas as pessoas que me acompanharam nestes últimos dois anos. Em primeiro lugar aos meus pais que sempre tentaram proporcionar-me tudo aquilo a que não tiveram acesso. À minha mãe pela paciência, amor e apoio incondicional e ao meu pai por sempre me incentivar a lutar pelos meus objetivos e a querer sempre mais e melhor para mim.

Ao meu marido Pedro porque sem ele este momento não seria possível. Obrigado por compreenderes a minha ausência, por seres a minha base em todos os momentos. Sem ti nunca conseguiria!

À minha família que está e estará sempre presente ao longo da minha vida. Aos meus amigos próximos, sempre disponíveis quer nos bons quer nos maus momentos. A todas as pessoas que de uma forma ou outra negligencieei com a minha ausência. Obrigado a todos pelo apoio e incentivo que me deram durante este período.

Finalmente gostaria de dedicar este trabalho a uma pessoa que apesar de já ter partido conseguiu marcar a minha vida em todos os níveis. Obrigada Luisinha por teres existido na minha vida, terás sempre um lugar no meu coração.

Este trabalho é para todos vocês...

## ÍNDICE GERAL

<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	vi
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	vii
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	viii
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	ix
<b>RESUMO</b> .....	x
<b>ABSTRACT</b> .....	xi
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>4</b>
2.1. Enquadramento Contabilístico .....	4
2.2. Enquadramento Fiscal .....	11
2.3. Estudos .....	18
2.3.1. Relativos à divulgação de informação.....	18
2.3.2. Relativos às Provisões e Passivos Contingentes .....	24
<b>3. OBJETIVOS DO ESTUDO</b> .....	<b>32</b>
<b>4. ESTUDO EMPÍRICO</b> .....	<b>33</b>
4.1. O Universo e a amostra .....	33
4.2. Recolha e Tratamento dos dados .....	35
4.3. Hipótese de investigação .....	36
4.4. Variáveis do estudo .....	36
4.4.1. Variável dependente .....	37
4.4.2. Variáveis independentes .....	37
4.4.2.1. Variáveis de natureza interna .....	37
4.4.2.2. Variáveis de natureza externa/ambiental .....	40
4.4.2.3. Variáveis relativas ao CEO .....	41
4.5. Especificação do Modelo.....	43

<b>5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>49</b>
5.1. Caracterização da amostra.....	49
5.1.1. Características qualitativas .....	53
5.1.1.1. Auditoria.....	53
5.1.1.2. PSI20 .....	54
5.1.1.3. Multicotada.....	54
5.1.1.4. Habilitações Literárias do CEO.....	54
5.1.2. Características quantitativas .....	55
5.2. Análise do Modelo .....	56
<b>6. CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÃO FUTURA.....</b>	<b>60</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>69</b>
Apêndice 1 - Entidades com títulos admitidos à negociação na Euronext Lisbon a 31 de dezembro de 2012.....	70
Apêndice 2 - Entidades incluídas na amostra.....	72
Apêndice 3 - Estimação do modelo.....	74
Apêndice 4 - Estatísticas descritivas dos Passivos Contingentes por setor de atividade .....	80
Apêndice 5 - Tipos de Passivos Contingentes.....	81
Apêndice 6 - Empresas que integram o PSI20 .....	82
Apêndice 7 - Empresas com títulos cotados noutros mercados.....	83

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 Árvore de decisão.....	6
Figura 2.2 Linha de probabilidades .....	7
Figura 2.3 Julgamento profissional .....	29
Figura 4.1 Entidades da amostra por setor de atividade .....	34
Figura 5.1 Evolução Provisões de Passivos Contingentes .....	49
Figura 5.2 Análise do setor por tipos de Provisões .....	51
Figura 5.3 Discriminação do tipo de Provisão por setor .....	51
Figura 5.4 Tipos de Provisões .....	52
Figura 5.5 Divulgação de Passivos Contingentes excluindo as Garantias Bancárias ...	53
Figura 5.6 Certificação legal de contas pelas <i>Big Four</i> .....	53
Figura 5.7 Habilitações Literárias do CEO .....	55

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 Estudos de interpretação de termos probabilísticos.....	10
Tabela 2.2 Provisões (perspetiva fiscal).....	16
Tabela 2.3 Resumo dos estudos relativos à divulgação de informação.....	23
Tabela 2.4 Resumo das variáveis dos estudos de Provisões e Passivos Contingentes..	31
Tabela 4.1 Empresas com títulos admitidos a negociação após 2005 .....	34
Tabela 4.2 <i>Proxies</i> utilizadas para testar a variável dimensão .....	38
Tabela 4.3 Resumo das variáveis .....	42
Tabela 4.4 Teste Hausman.....	45
Tabela 4.5 Resultados obtidos para a seleção dos modelos de regressão.....	47
Tabela 4.6 Teste vif .....	48
Tabela 5.1 Estatísticas descritivas das Provisões por setor de atividade.....	50
Tabela 5.2 Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas .....	55
Tabela 5.3 Correlação e níveis de significância .....	56
Tabela 5.4 Resultados das regressões.....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

CEO - *Chief Executive Officer*

CIRC - Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DL - Decreto-lei

EUA - Estados Unidos da América

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

ICB - *Industry Classification Benchmark*

IRC – Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

ISIN - *International Securities Identification Number*

NCRF - Norma Contabilística e de Relato Financeiro

PSI - *Portuguese Stock Index*

SFAS - *Statement of Financial Accounting Standards*

TOC - Técnico Oficial de Contas

UE - União Europeia

VPE - *Verbal probability expressions*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos dois orientadores deste trabalho. Em primeiro lugar ao professor Joaquim Sant'Ana Fernandes com quem nunca tinha tido a oportunidade de trabalhar e cuja dedicação e apoio lhe vou ser eternamente grata.

Em segundo lugar, o meu muito obrigada à professora Cristina Gonçalves que eu tive o prazer de conhecer em 2001 no meu primeiro ano de licenciatura e que desde então tem sido uma referência. Agradeço-lhe por tudo o que tem feito por mim ao longo destes anos e por ser um modelo para a minha vida profissional.

Muito obrigado aos dois pelo apoio e motivação que sempre me deram!

## RESUMO

A temática das Provisões e Passivos Contingentes tem sido bastante discutida nos últimos anos, principalmente pela subjetividade associada a situações de risco e incerteza e que, por esse motivo, obrigam a um elevado julgamento profissional.

Para compreender melhor quais os fatores que influenciam o cumprimento da *International Accounting Standards (IAS) 37* analisou-se, a partir dos relatórios e contas consolidadas de 37 empresas (todas as entidades que a 31 de dezembro de 2012 apresentaram títulos cotados na *Euronext Lisbon*), os valores de Provisões reconhecidos e de Passivos Contingentes divulgados durante o período de 2005 a 2012. Para além disso, pretendeu-se ainda compreender a relação entre o valor total de Provisões reconhecido (tendo como variável dependente o logaritmo do valor de Provisões) e fatores de natureza interna – dimensão, empresa de auditoria, endividamento e valor dos interesses minoritários – externa – inclusão ou não no índice bolsista *Portuguese Stock Index (PSI20)*, valor de imposto sobre o rendimento e cotação noutra mercado bolsista – e ainda fatores relativos ao *Chief Executive Officer (CEO)* – habilitações literárias e n.º de ações – das referidas empresas.

Os resultados da análise de regressão linear revelaram que o tipo de entidade mais propensa a divulgar Provisões será uma entidade de maior dimensão, auditada por uma *Big Four* e cotada noutras bolsas para além da *Euronext Lisbon*. Constatou-se também relações estatisticamente significativas entre as Provisões reconhecidas e as variáveis interesses minoritários, impostos, habilitações literárias do CEO e o n.º de ações detidas por este. Pelo contrário, os resultados permitem concluir que o endividamento e a inclusão no PSI20 não são variáveis explicativas para o valor total de Provisões reconhecidas.

Finalmente foi ainda verificado que a informação divulgada pelas empresas é incompleta e que existe espaço para uma melhoria da informação divulgada de forma a cumprir com a IAS 37.

**Palavras-chave:** Provisões, Passivos Contingentes, IAS 37, *Euronext Lisbon*.

## ABSTRACT

The theme of Provisions and Contingent Liabilities has been a source of controversy, mainly because of the subjectivity that is associated with situations of risk and uncertainty that, therefore, require a high level of professional judgment.

In order to better understand which factors determine the compliance with the International Accounting Standards (IAS) 37 we analyzed, using the consolidated annual reports of 37 companies (all the companies listed on Euronext Lisbon on the 31<sup>st</sup> December 2012), the total amount of Provisions recognized and the Contingent Liabilities disclosed in the period between 2005 and 2012. Moreover, we also intend to verify the relationship between the total amount of Provisions recognized (using the Provisions logarithm as the dependent variable) and factors of internal – size, the auditing firm, leverage and value of minority interests, –, external nature – inclusion or not in the Portuguese Stock Index (PSI20), taxes and listing on other stock exchange – and, as well, factors relating to the *Chief Executive Officer* (CEO) – including their qualifications and number of company shares held – of those companies.

The results from the linear regression model revealed that the company type that most likely discloses Provisions is a bigger company, audited by a Big Four and listed on other stock exchange beyond the Euronext Lisbon. We also found statistically significant relationships between the amount of Provisions and the variables minority interests, taxes, qualifications of the CEO and the number of shares held by him. On the other hand, the results do not show that leverage and inclusion in the PSI20 are explanatory variables.

Finally, it was also verified that the information disclosed by the companies is incomplete and there is room for improvement on the information disclosed in order to comply with the IAS 37.

**Keywords:** Provisions, Contingent Liabilities, IAS 37, *Euronext Lisbon*.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a crescente internacionalização das empresas e globalização dos mercados a harmonização ganhou um lugar de destaque, o que deu origem a um processo que permitisse a comparabilidade da informação financeira.

Apesar da ocorrência de alterações na Contabilidade ao longo dos anos, existe um aspeto que se mantém inalterado e que consiste num dos seus principais objetivos - fornecer informação que permita a tomada de decisão por parte dos seus utentes.

Existe e sempre existiu a necessidade de divulgação de informação contabilística que seja pautada pela qualidade, fiabilidade e que represente a realidade económica da empresa.

É unânime que as Provisões são uma rubrica sujeita a manipulações e propícia à Contabilidade criativa (Rodrigues, 2011; Duarte e Ribeiro, 2007; Duarte, Jesus, Sarmento e Silva, 2013), levando por vezes à sua utilização como instrumento de gestão dos resultados.

Esta é uma temática que obriga os profissionais a formular juízos de valor, em bases probabilísticas relacionados com a ocorrência de eventos e obriga muitas vezes à determinação de estimativas.

Nesse sentido e tendo em conta o contexto económico de incerteza que se tem vivido nos últimos anos, o tema selecionado para o estudo de investigação foi: “Provisões: divulgação das empresas cotadas na *Euronext Lisbon*”.

Esta investigação pretende contribuir para complementar e ampliar os estudos já existentes e aplicados a outras realidades, e ao mesmo tempo introduzir algumas variáveis exploratórias.

O principal objetivo deste estudo é responder à seguinte questão: *Quais as variáveis quantitativas e qualitativas que conduzem ao reconhecimento e divulgação de Provisões nas contas consolidadas das empresas com títulos cotados na Euronext Lisbon?*

Neste contexto foram definidos como objetivos (i) a identificação, nas contas consolidadas das entidades com títulos cotados na *Euronext Lisbon*, a natureza das Provisões e Passivos Contingentes reconhecidos e divulgados, (ii) determinar fatores qualitativos e quantitativos, tais como a dimensão, perfil do CEO, tributação do rendimento, que possam ser explicativos para a decisão de reconhecimento das Provisões e (iii) construção de um modelo econométrico de regressão linear múltipla, definindo as variáveis com base na revisão bibliográfica e inserindo também novas variáveis, a título exploratório.

A investigação centra-se numa análise de dados em painel recolhidos das contas das entidades legalmente registadas ou com sede em Portugal e com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado regulamentado da *Euronext Lisbon* em 31 de dezembro de 2012.

Os dados, referentes ao período de 2005 a 2012, foram obtidos através dos relatórios e contas consolidadas disponíveis no *site* oficial da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

A escolha do objeto de investigação radica no facto destas entidades terem um dever acrescido na divulgação e transparência da informação divulgada e estarem sujeitas a mecanismos de supervisão mais exigentes.

A escolha relativa às contas consolidadas justifica-se pelo facto, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 de 19/07/2002, de todas as sociedades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, serem obrigadas a apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) adotadas pela União Europeia (UE) desde 2005. Assim, a comparabilidade da informação está assegurada.

Este estudo compreende mais cinco capítulos para além da presente introdução. No segundo capítulo é apresentada a revisão da literatura, a qual se encontra dividida em três sub-capítulos. No primeiro apresenta-se o enquadramento contabilístico no qual são focados alguns aspetos da IAS 37, assim como alguns estudos relacionados com a interpretação das expressões probabilísticas contidas na norma. O segundo é relativo ao enquadramento fiscal, nomeadamente as consequências do reconhecimento de Provisões ao nível de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC). No terceiro

apresentam-se estudos relativos à divulgação da informação contabilística e da temática em estudo.

No terceiro capítulo são definidos os objetivos do estudo e no quarto o estudo empírico, no qual é definida a amostra, a recolha e tratamento dos dados, definição da hipótese, das variáveis (dependente e independentes) e a especificação do modelo de regressão adotado.

No quinto capítulo caracteriza-se a amostra, evidencia-se as análises efetuadas aos dados e os resultados obtidos com recurso aos testes estatísticos utilizados (estatística descritiva, univariada e multivariada).

No capítulo seis apresenta-se as principais conclusões de acordo com os resultados obtidos, expõe-se as limitações do estudo e indica-se sugestões para uma investigação futura.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. Enquadramento Contabilístico

A temática das Provisões e Passivos Contingentes tem levantado muitas questões ao longo dos anos e a sua subjetividade justifica-se pelo facto de estar associada a situações de incerteza.

Segundo Costa e Alves (1998: 877), “uma Provisão é, pois, um Passivo que tem subjacentes três incertezas: a ocorrência do acontecimento, a quantia e a data da transferência de benefícios económicos que liquida o Passivo subjacente”.

A definição apresentada por Costa e Alves (1998) vai de encontro à formulada na IAS 37, § 7<sup>1</sup>: “Passivos de tempestividade ou quantia incerta”.

São estas duas características que distinguem as Provisões dos outros Passivos, a incerteza quanto à tempestividade e quantia necessária para a sua liquidação.

Cada vez mais, as entidades estão sujeitas a realidades de incerteza e risco. Sendo o objetivo da Contabilidade o de proporcionar uma visão adequada do património das empresas torna-se fundamental que esteja bem definido se determinada situação de risco deverá ser reconhecida, divulgada ou nenhuma das duas.

Atendendo a que esta é uma área bastante sujeita a manipulações e propícia à Contabilidade criativa, poderá haver uma tendência para o reconhecimento de Provisões excessivas em anos em que as empresas tenham resultados positivos e pelo contrário, o seu não reconhecimento em anos menos positivos (Rodrigues, 2011; Duarte e Ribeiro, 2007; Duarte *et al.*, 2013).

Neste contexto, a IAS 37 tem como objetivo definir os critérios de reconhecimento e mensuração, no que diz respeito a Provisões. Quanto aos Passivos Contingentes e Ativos

---

<sup>1</sup> Norma internacional adotada pela UE nos termos do Regulamento nº. 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho.

Contingentes são impostos requisitos de divulgação. Por outro lado, a norma utiliza o termo Passivos Contingentes para definir os Passivos (Provisões) que não são reconhecidos porque estão dependentes da ocorrência de um ou mais acontecimentos, porque não é provável o exfluxo de recursos ou porque simplesmente não é possível uma estimativa fiável da quantia necessária para a sua liquidação.

Os requisitos da IAS (reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação) têm como objetivo assegurar que toda a informação relevante seja evidenciada nas demonstrações financeiras. Deste modo, os utilizadores podem decidir com base em demonstrações financeiras que apresentam uma imagem verdadeira e apropriada das operações e outros acontecimentos.

De maneira geral, todas as Provisões são contingentes pelo grau de incerteza que traduzem, mas nem todos os contingentes são Provisões, já que o seu reconhecimento está dependente da ocorrência de um determinado acontecimento. As Provisões deverão ser apresentadas no Balanço, caso seja possível fazer uma estimativa fiável da obrigação em termos quantitativos, ao contrário dos Passivos Contingentes que apenas deverão ser divulgados no Anexo.

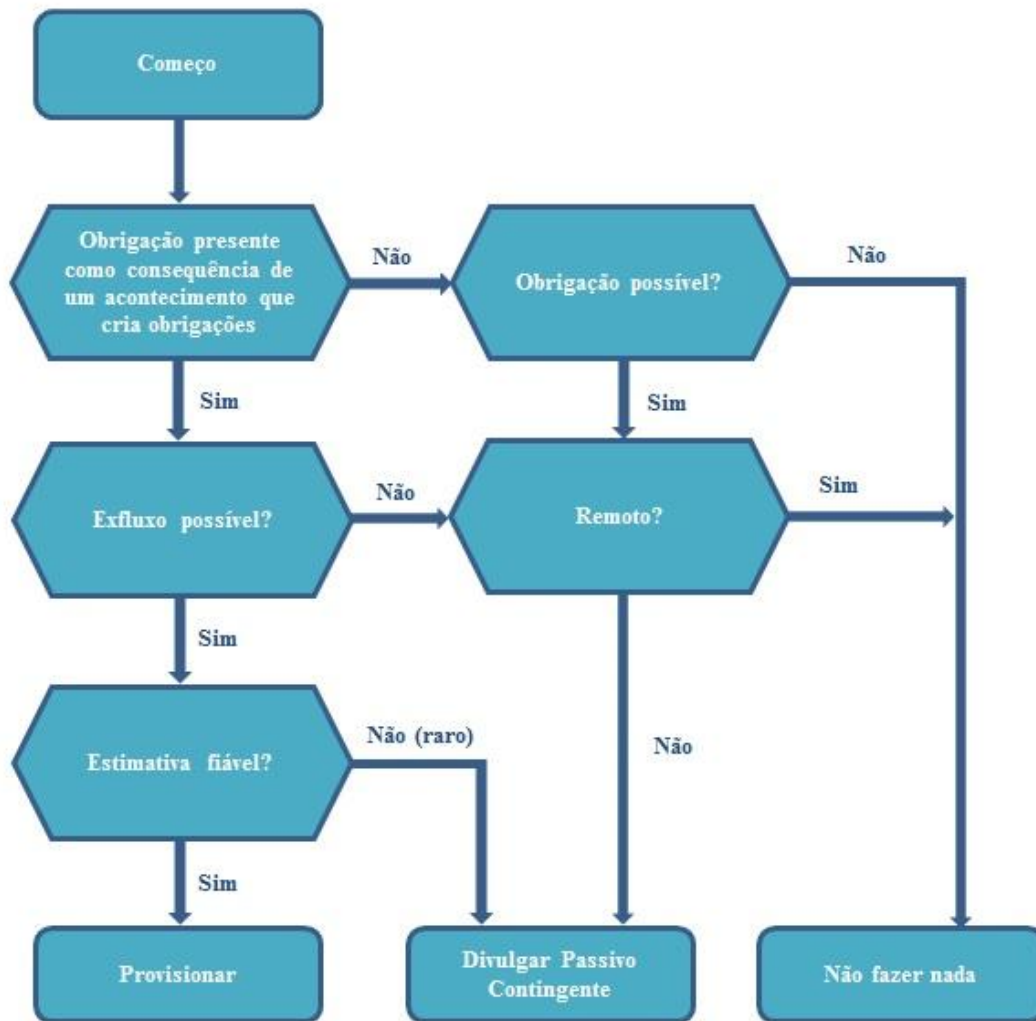
Assim, para que uma Provisão seja reconhecida deve-se verificar cumulativamente as seguintes condições:

- ✓ Existir uma obrigação presente, resultante de um acontecimento passado;
- ✓ Ser provável que venha a existir uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos para satisfazer essa obrigação;
- ✓ Possa ser feita uma estimativa fiável da sua quantia.

Caso uma destas condições não se verifique a entidade deverá divulgar no Anexo um Passivo Contingente, a não ser que seja remota a possibilidade de ocorrência de exfluxos.

Em suma:

Figura 2.1 Árvore de decisão



Fonte: Elaboração própria

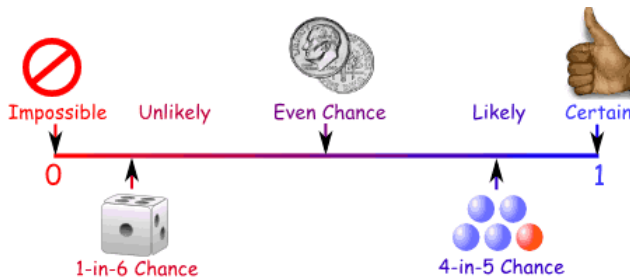
O § 23 da norma refere que um exflujo de recursos “ é considerado como provável se o acontecimento for mais propenso do que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o acontecimento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer”.

De um modo geral, os profissionais ao aplicarem esta norma<sup>2</sup>, deparam-se com os chamados “*verbal probability expressions*” (VPE), ou seja, termos como “remoto”, “possível”, “provável”, “virtualmente certo”, utilizados para exprimir a probabilidade de

<sup>2</sup> Este é um problema transversal na medida em que quase todas as restantes normas incluem estes VPE.

ocorrência de um determinado acontecimento ou resultado, tal como pode ser observado na figura 2.2.

**Figura 2.2 Linha de probabilidades**



Fonte: [http://www.mathsisfun.com/probability\\_line.html](http://www.mathsisfun.com/probability_line.html)

Como se infere, a norma apenas refere níveis de probabilidade de ocorrência cuja aplicação prática se revela ser muito subjetiva já que, em si, não quantificam cada um desses níveis.

O facto de existirem estes termos probabilísticos cuja aplicação poderá ser algo subjetiva poderá resultar em interpretações diferentes (Teixeira, 2009; Rodrigues e Mendes, 2002) e conseqüentemente pôr em causa o objetivo de comparabilidade do relato financeiro, objetivo principal da harmonização contabilística (Guerreiro, 2006; Tsakumis, 2007; Teixeira, 2009; Teixeira e Silva, 2009; Albuquerque e Almeida, 2011; Cruz, 2012; Albuquerque e Marcelino, 2013; Borba J. A., Poeta, Ferreira e Borba T. C., 2014).

Amer *et al.* citados por Borba *et al.* (2014) referem que a interpretação dos VPE no contexto das contingências é considerado uma das tarefas mais difíceis do contabilista. Neste sentido, e com o objetivo de quantificação ou atribuição de equivalentes numéricos, têm sido desenvolvidos vários estudos.

Por exemplo, Cravo (1994) refere que as expressões probabilísticas podem ser medidas em termos percentuais da seguinte forma:

- ✓ Razoavelmente certo – a probabilidade de ocorrência situa-se entre os 95% e os 100%;
- ✓ Provável – a probabilidade de ocorrência situa-se entre os 50% e os 95%;
- ✓ Possível – a probabilidade de ocorrência situa-se entre os 5% e os 50%;
- ✓ Remota – a probabilidade de ocorrência é inferior a 5%.

No entanto, o Registo de Economistas auditores de Espanha (1993), referido por Oliveira, 2007, define da seguinte forma:

- ✓ Provável – a probabilidade de ocorrência é próxima de uma;
- ✓ Razoavelmente possível – a probabilidade de ocorrência situa-se entre zero e um;
- ✓ Remota – a probabilidade de ocorrência é próxima de zero.

Já, Du, Stevens e McEnroe (2011) propõem a seguinte escala:

- ✓ Remoto – 0 a 20%;
- ✓ Razoavelmente possível – 20 a 70%;
- ✓ Provável – 70 a 100%.

Oliveira (2007) efetuou um estudo, por inquérito, às empresas posicionadas no *ranking* das 500 melhores empresas, segundo a revista Exame, e uma das hipóteses que testou foi precisamente a interpretação dos termos probabilísticos relacionados com contingências, por parte dos responsáveis do departamento de Contabilidade. Assim, foi pedido aos inquiridos que atribuíssem equivalentes numéricos aos termos de probabilidade de ocorrência definidos pelo IASB. Observou uma grande imprecisão nas respostas atribuídas pelos inquiridos a essas quantificações.

Teixeira (2009) realizou uma investigação sobre a interpretação dos VPE por parte dos auditores registados na CMVM. Assim, selecionou os termos “provável”, “remoto” e “virtualmente certo”, para testar através de questionário, a consistência das respostas em diferentes contextos contabilísticos. Observou que a média das percentagens atribuídas ao termo “provável”, varia consoante o contexto contabilístico e que num contexto de perda contingente reflete uma percentagem menor do que quando num contexto contrário (Ativo Contingente). Não observou grande variação nas médias no que diz respeito aos outros dois termos.

Shying (S/D) aplicou um questionário a 55 auditores a exercer nas *Big Five*<sup>3</sup> em Hong Kong, Malásia e Singapura. Pretendia com esse estudo determinar a interpretação numérica de 20 VPE (não contextualizados) utilizadas nas normas internacionais,

---

<sup>3</sup> Principais empresas de Auditoria a nível internacional, constituídas pela PricewaterhouseCoopers, Deloitte, KPMG, Ernst & Young e ainda a Arthur Andersen antes do escândalo da Enron.

aferindo qual o valor mínimo que atribuíam a cada termo. Concluiu que o termo “virtualmente certo” é influenciado pela nacionalidade e que os termos “provável” e “mais provável que não”, não são considerados sinónimos. O autor levantou assim dúvidas sobre se a utilização desses dois termos como sinónimos presentes no § 23 da IAS 37<sup>4</sup> seria a mais apropriada.

Simon (2010) aplicou um questionário aos diretores financeiros das 300 maiores empresas do Reino Unido e a 300 auditores escolhidos ao acaso. Foi-lhes pedido que interpretassem 30 expressões probabilísticas e lhes atribuissem uma percentagem numérica sem especificação de contexto. De uma maneira geral, e tal como os outros estudos, também observou algumas inconsistências nas interpretações entre os profissionais.

No trabalho desenvolvido por Aharony e Dotan (2004) foi comparada a interpretação entre três grupos que se caracterizam pelos diferentes objetivos a atingir, no que diz respeito à informação financeira (auditores, diretores financeiros e analistas financeiros). A partir da *Statement of Financial Accounting Standards* n.º 5 (SFAS)<sup>5</sup>. Aplicaram um questionário a 86 auditores, 132 *chief financial officers* e 76 analistas financeiros a exercer nos Estados Unidos da América (EUA). Observaram um fosso na interpretação dos termos “remoto”, “razoavelmente possível” e “provável” entre os preparadores e os utilizadores da informação.

Tal como se pode verificar na tabela 2.1, a maior parte dos estudos em que são abordadas as interpretações dos termos probabilísticos contidos nas normas contabilísticas têm detetado interpretações inconsistentes entre os profissionais. Parece ser consensual a opinião que estes termos não serão os mais apropriados para garantir uma aplicação consistente das normas, podendo assim impedir a pretendida comparabilidade do relato financeiro.

---

<sup>4</sup> O § 23 das IAS 37 refere: “um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é considerado como provável se o acontecimento for mais provável do que não de ocorrer”.

<sup>5</sup> SFAS 5 - Accounting for Contingencies é a norma que enquadra esta temática e utilizada nos EUA.

**Tabela 2.1 Estudos de interpretação de termos probabilísticos**

	<b>Remoto</b>	<b>Razoavelmente Possível</b>	<b>Provável</b>	<b>Virtualmente Certo</b>
<b>Jonas (2007)</b>	Mín. - 4,32% Máx. - 27,20%	Mín. - 29,90% Máx. - 59,90%	Mín. - 64,70% Máx. - 96,9%	N.A.
<b>Teixeira (2009)</b>	12% - 13%	N.A.	65% - 77%	93% - 94%
<b>Shying (S/D)</b>	Hong Kong - 8,55% Malásia - 9,11% Singapura - 12,45%	Hong Kong - 57,61% Malásia - 55,35% Singapura - 64,75%	Hong Kong - 62,44% Malásia - 63,35% Singapura - 62%	Hong Kong - 82,28% Malásia - 93,35% Singapura - 90,40%
<b>Simon (2002)</b>	5% - 9%	51% - 80%	51% - 80%	91% - 100%

Fonte: Elaboração própria

Cumpridos os critérios de reconhecimento, o valor a reconhecer como Provisão deverá ser a melhor estimativa da quantia a desembolsar para liquidação da obrigação à data do Balanço ou para transferi-la para terceiros. Esta estimativa deverá ser feita com base em juízos do órgão de gestão<sup>6</sup>, na experiência da entidade em situações análogas e quando necessário, recorrendo a peritos independentes.

Para se determinar a melhor estimativa, deve-se ter em conta aspetos como, utilização do método do valor esperado<sup>7</sup> (no caso das Provisões que incluem vários itens, cada um com um grau de probabilidade e incerteza diferente dos outros), o risco e incerteza associados ao desfecho dos acontecimentos e utilização do valor presente (no caso em que o efeito temporal do dinheiro seja materialmente relevante) e acontecimentos futuros que possam influenciar o valor necessário para liquidar a obrigação. Deve-se também considerar, apesar de serem tratados como Ativos separados, eventuais reembolsos esperados (apenas quando seja virtualmente certo que será recebido). No entanto, o valor das Provisões pode ser apresentado na demonstração dos resultados, pelo valor líquido de reembolsos.

<sup>6</sup> De acordo com o § 10 das IAS 8: “Na ausência de uma Norma ou Interpretação que se aplique especificamente a uma transacção, outro acontecimento ou condição, a gerência fará juízos de valor no desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística”.

<sup>7</sup> O § 39 das IAS 37 refere: “Quando a Provisão a ser mensurada envolva uma grande população de itens, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.”

Estes valores deverão ser revistos à data do Balanço, ajustados e eventualmente revertidos, caso deixe de existir a razão subjacente ao seu reconhecimento, ou a probabilidade de exfluxos seja reduzida.

De acordo com a referida norma, deverá ser apresentado no Anexo para cada classe de Provisões uma descrição sucinta da natureza e tempestividade da obrigação, informação sobre eventuais incertezas relativamente à quantia e prazo do dispêndio e a quantia reconhecida relativa a reembolsos.

As entidades deverão divulgar também, para cada classe de provisão, o saldo inicial, reforços, utilizações, reversões, saldo final e os efeitos da taxa de desconto nas Provisões ou de qualquer alteração nessa taxa.

No que diz respeito aos Passivos Contingentes deverá efetuar-se uma descrição sumária da sua natureza, e caso seja possível, uma estimativa sobre o seu efeito financeiro, indicação das incertezas associadas ao montante e prazos de exfluxo e eventuais possibilidades de reembolsos. Caso não seja praticável a divulgação de alguma destas informações, deverá ser declarado tal facto.

Quando as Provisões e os Passivos Contingentes derivem do mesmo conjunto de circunstâncias a divulgação deverá ser feita de forma a demonstrar essa ligação.

A norma permite também, em casos excepcionais, nas situações em que a divulgação dos Passivos Contingentes e/ou Provisões possam influenciar uma situação de litígio, que a entidade não divulgue toda a informação exigida, desde que justificando o motivo<sup>8</sup>.

## **2.2. Enquadramento Fiscal**

“Dependência” mas ao mesmo tempo “Interferência” são dois adjetivos caracterizadores do que tem sido ao longo dos anos a controversa relação entre a Contabilidade e a Fiscalidade.

---

<sup>8</sup> Esta é uma das diferenças entre a IAS 37 e a NCRF 21, já que a norma nacional não faz referência a essa possibilidade. A outra diferença reside na não exigência de informação no Anexo relativamente à descrição da natureza da obrigação, momento de ocorrência esperado de exfluxos, nem qualquer outra divulgação de informação qualitativa presentes no § 85 da IAS 37.

Por um lado, a Fiscalidade socorre-se da Contabilidade, visto que o Lucro Tributável é apurado a partir do Resultado Contabilístico, sujeitando-o às alterações consagradas no Código do Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (CIRC) (art.º 17.º n.º 1 do CIRC).

Por outro lado, tem vindo a existir uma grande interferência da Fiscalidade na Contabilidade. Segundo Almeida (2013: 15) “Continuamos a fazer muita Contabilidade para efeitos fiscais”. De facto, o que tende a acontecer, com alguma frequência, é uma adaptação da Contabilidade à Fiscalidade, ou seja, existe a tendência para reconhecimento e mensuração de acordo com as normas fiscais, quando estas se revelem mais vantajosas (Ferreira, 1997, 2003 e 2006 e Silva, 2011). Este facto origina uma distorção da informação contabilística e impede assim que a Contabilidade espelhe uma imagem correta da situação económica e financeira das entidades.

A Contabilidade tem como objetivo nomeadamente a apresentação de uma visão patrimonial correta das operações e outros acontecimentos que permita a tomada de decisões. Esta interferência ou adaptação da Contabilidade à Fiscalidade poderá provocar em alguns casos, uma descaracterização da Contabilidade por força das disposições fiscais. No caso concreto das Provisões, a sua não aceitação como gasto fiscal ou limitações, desencoraja muitas vezes o reconhecimento (contabilização), o que por si só é um limitador da avaliação do desempenho e posição financeira das entidades (Ferreira, 2013).

A relação entre Fiscalidade e Contabilidade tem sido pautada pela divergência. Ferreira (1997) defende que ambas partilham o mesmo objetivo – o apuramento e tributação do lucro real, e como tal, atualmente, não é este o fator que justifica esta divergência, mas sim a insuficiência quer da doutrina existente quer de sinceridade por parte de quem prepara as contas.

Tendo em conta a realidade de que não é possível dissociar a Fiscalidade da Contabilidade, torna-se pertinente a abordagem fiscal do tema em estudo.

Com o objetivo de se caminhar no sentido da uma harmonização europeia ao nível da informação contabilística, o Decreto-Lei (DL) 158/2009, de 13 de julho, veio revogar o Plano Oficial de Contas, em vigor desde 1977, e introduzir, a partir de 01 de janeiro de 2010, o novo Sistema de Normalização Contabilística.

Foi assim necessário uma adaptação da legislação fiscal, não só na forma de apuramento do lucro tributável, como na terminologia usada (Ricardo Costa, 2010). Com a entrada em vigor do DL 159/2009, foram introduzidos conceitos como o justo valor, as imparidades e abolidos outros da legislação fiscal. Esta adaptação permitiu também criar as condições necessárias para a determinação do lucro tributável por parte dos sujeitos passivos que aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade<sup>9</sup>.

O CIRC trata da temática das Provisões nos art.º 39.º e 40.º.

De acordo com o art.º 39.º do CIRC, são aceites fiscalmente como gastos as Provisões que resultem de valores que tenham como objetivo fazer face a eventuais obrigações e encargos resultantes de processos judiciais em curso.

Concorrem também para o apuramento do lucro tributável todos os valores que têm como objetivo fazer face a eventuais garantias a clientes e previstas nos contratos de venda e prestação de serviços. O valor anual máximo aceite fiscalmente deverá atender ao valor anual de vendas e prestação de serviços sujeitos a garantias, de acordo com o seguinte rácio:

$$\text{\% Aceite Fiscalmente} = \frac{\text{Encargos suportados com garantias de } N-1+N-2+N-3}{\text{Vendas e prestação de Serviços sujeitos a garantias } N-1+N-2+N-3}$$

São também aceites fiscalmente as Provisões técnicas constituídas pelas empresas de seguros e impostas pelo Instituto de Seguros de Portugal, tendo como limite o valor mínimo exigido por esta entidade.

Todas as naturezas de Provisões referidas deverão ser consideradas como rendimentos, no ano em que os eventos que lhes darão origem não se verificarem, ou sempre que estas sejam utilizadas para fins diferentes para os quais foram constituídas.

No que diz respeito às empresas do setor das indústrias extrativas ou de tratamento e eliminação de resíduos, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aceita como gasto as

<sup>9</sup> Até à alteração do CIRC para as adaptações necessárias às IAS, foram estabelecidos regimes transitórios para tributar as entidades que por obrigação legal ou por opção elaborassem as suas contas em conformidade com as normas internacionais.

Provisões que pretendam fazer face a eventuais encargos com a reparação de danos de índole ambiental, caso exista uma obrigatoriedade legal.

Ainda no que às Provisões para reparação de eventuais danos ambientais diz respeito, o art.º 40.º do CIRC refere que o valor das Provisões aceite anualmente será o valor anualizado, ou seja, o que se obtém da divisão do total dos valores previstos, pela duração total da exploração. Caso a exploração não seja regular ao longo do tempo, existe a possibilidade, mediante requerimento à AT (no primeiro ano de tributação), de constituição de Provisões com um plano diferente e que melhor se adapte ao nível de atividade do contribuinte.

Para a constituição da Provisão (n.º 3 do art.º 40.º do CIRC) é necessário a elaboração de um plano de encerramento da exploração, indicando de forma previsionial e detalhada os trabalhos a realizar na recuperação dos danos ambientais, juntamente com os encargos que daí advêm. Deverá também incluir a duração previsionial dos trabalhos de exploração e eventuais irregularidades temporais. Outra das condições para a aceitação da Provisão como gasto fiscal, será a da constituição de um fundo, através de investimentos financeiros, de valor acumulado igual ao da Provisão, no final de cada período de tributação. Caso o regime jurídico de exploração da atividade, imponha a prestação de uma caução a favor da entidade que aprova o Plano Ambiental e Recuperação Paisagística, a entidade estará dispensada da constituição desse fundo.

Caso o plano previsionial seja alterado, resultando na diminuição do número de anos de exploração ou no aumento da estimativa com os encargos com a recuperação ambiental, o valor anual da Provisão aceite deverá incluir os gastos ainda não provisionados e o n.º de anos remanescente.

Caso a alteração do plano resulte numa diminuição dos gastos estimados ou aumento dos anos de exploração, o excesso provisionado nos anos anteriores deverá ser revertido no ano de tributação em que a revisão do plano for efetuada.

A Provisão deverá ser utilizada para cobrir os encargos para o qual foi criada, até ao final do terceiro período seguinte ao do encerramento da exploração, caso contrário, o valor total, ou parcial, não utilizado, deverá ser considerado como rendimento nesse período de tributação.

Caso as Provisões sejam mensuradas ao valor presente, todos os gastos que resultem do desconto, ficam sujeitas ao regime das Provisões aplicável.

Havendo restrições à aceitação fiscal de algumas Provisões, apresenta-se de seguida um quadro resumo com as diversas Provisões aceites, não aceites fiscalmente e aceites com algumas limitações.

**Tabela 2.2 Provisões (perspetiva fiscal)**

<b>Provisões aceites fiscalmente sem condicionantes</b>	
- Obrigações e encargos de Processos Judiciais em curso	
<b>Provisões aceites fiscalmente com condicionantes</b>	
<b>Provisões</b>	<b>Condicionantes</b>
- Garantias a Clientes.	- Previstas em contratos de venda e prestação de serviços; - Com limite máximo anual; - Registo contabilístico dos valores suportados nos últimos 3 anos.
- Técnicas constituídas obrigatoriamente, por força de normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal.	- Não devem ultrapassar os valores mínimos definidos pela entidade de supervisão.
- Para reparação de danos de carácter ambiental, constituídas por empresas pertencentes ao setor das indústrias extrativas ou de tratamento e eliminação de resíduos.	- Apresentação de um plano previsional de encerramento da exploração; - Constituição de um fundo representado por fundos financeiros com valor igual ao saldo acumulado na conta da Provisão.
- Destinadas à cobertura de risco específico de crédito e de risco-país e para menos-valias de títulos e de outras aplicações, constituídas por obrigatoriedade do Banco de Portugal.	- Não devem ultrapassar os valores mínimos definidos pela entidade de supervisão; - Relativas a créditos resultantes da atividade normal.
<b>Provisões não aceites fiscalmente</b>	
- Para impostos; - Acidentes de trabalho e doenças profissionais; - Contratos onerosos; - Reestruturação; - Obrigações construtivas.	
<b>Consequências contabilísticas</b>	
- Todas as quantias relativas a Provisões não aceites fiscalmente conduzem a diferenças temporárias dedutíveis, nessa conformidade implicam o reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos.	

Fonte: Elaboração própria

Os impostos diferidos são a forma de cumprir o princípio da especialização (ou acréscimo) no que diz respeito ao imposto. Havendo frequentemente diferenças entre os resultados contabilísticos e os tributáveis, existe a necessidade de fazer refletir na

Contabilidade essas diferenças. As diferenças temporais<sup>10</sup> que resultam da sua não aceitação fiscal terão que ser refletidos na Contabilidade de forma a manter a imagem apropriada da situação financeira e económica das empresas, caso contrário os resultados líquidos estarão a ser influenciados pela política fiscal. Assim, as demonstrações financeiras terão que refletir não só o imposto a pagar nesse período, como também o que não se pagou mas que se irá pagar no futuro, assim como o imposto que se pagou e que se irá deduzir no futuro.

No caso concreto das Provisões, estas diferenças temporais referem-se ao valor não aceite fiscalmente num dado período mas que será recuperável em períodos posteriores e como tal reconhecido em Ativos por Impostos Diferidos.

---

<sup>10</sup> Os Impostos Diferidos só se aplicam a diferenças temporais. As diferenças definitivas entre a base contabilística e fiscal não são revertíveis em períodos subsequentes.

## 2.3. Estudos

Segundo Singhvi e Desai (1971), a qualidade da informação financeira divulgada nos relatórios anuais influencia consideravelmente a qualidade das decisões dos investidores.

Assim, torna-se importante identificar possíveis fatores capazes de influenciar a qualidade de informação divulgada pelas empresas.

### 2.3.1. Relativos à divulgação de informação

Diversos autores debruçaram-se sobre a quantidade e qualidade da informação, designadamente sobre o papel do enquadramento normativo e de fatores explicativos para as práticas de divulgação das entidades. Têm sido realizados vários estudos empíricos que tentaram justificar a motivação das empresas para uma maior divulgação da informação financeira, o que de acordo com vários estudos é conseguido pela aplicação das normas do IASB.

Diversos estudos enfatizam o papel das normas internacionais no acréscimo de qualidade da informação, designadamente Jiao, Koning, Mertens e Roosenboom (2012) que no estudo aplicado a 19 países europeus concluíram que a aplicação das IAS veio contribuir para uma melhoria na qualidade da informação. Igualmente Cravo, Silva, Grenha, Colaço e Pontes (2009) fazem referência ao estudo efetuado pelo *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* em 2007 que veio demonstrar que a maioria dos *stakeholders* consideram que a aplicação das IAS<sup>11</sup> veio proporcionar uma melhoria na qualidade da informação contabilística divulgada.

Na medida em que a IAS 37 é particularmente exigente no que se refere à divulgação de Provisões e Passivos Contingentes, entendeu-se que os fatores que conduzem as entidades a optar por este referencial, poderão também explicar o nível de divulgação das Provisões e/ou Passivos Contingentes.

---

<sup>11</sup> A expressão IAS inclui as IAS propriamente ditas, as *International Financial Reporting Standards* e as interpretações conexas, *Standing Interpretations Committee* e *International Financial Reporting Interpretations Committee*, respetivamente.

Outros estudos procuraram encontrar fatores explicativos para a divulgação. Luzia (2013) a partir de uma amostra de 40 empresas com títulos cotados na *Euronext Lisbon* tentou identificar variáveis que pudessem explicar a opção pelo referencial internacional no que diz respeito às contas individuais. Um dos fatores testado foi a influência do CEO na tomada de decisão. Assim, verificou uma relação positiva entre a remuneração do administrador e a opção pelas normas internacionais.

Singhvi e Desai (1971) analisaram os relatórios de contas de 155 empresas nos EUA (100 empresas cotadas e 55 não cotadas) relativamente aos anos fiscais que terminaram entre 1 de abril de 1965 e 31 de março de 1966. Assim testaram a influência de variáveis como a dimensão da empresa (através do total do Ativo), empresa de Auditoria, número de acionistas na qualidade da informação divulgada.

Hossain, Perera e Rahman (1995) a partir de uma amostra aleatória de 55 empresas com títulos cotados na *New Zealand Stock Exchange*, averiguaram a relação entre o nível de informação voluntária e características como a dimensão, auditor ou endividamento.

Dumontier e Raffournier (1998) procuraram determinar quais as empresas Suíças que adotaram voluntariamente as IAS. Esta escolha justifica-se porque, apesar das normas nesse país serem menos rígidas que as IAS, cerca de 40% das empresas Suíças preferiam renunciar de uma considerável discricção e adotaram voluntariamente as normas internacionais. Assim, testaram a associação de variáveis como a dimensão, tipo de auditor, internacionalização comercial e a utilização voluntária das IAS nas contas consolidadas de 1994 das empresas com títulos cotados na bolsa Suíça.

Murphy realizou em 1999 uma investigação semelhante à de Dumontier e Raffournier (1998), utilizando também algumas das variáveis estudadas anteriormente nomeadamente a dimensão, tipo de auditor, internacionalização comercial e endividamento. O objetivo consistia em determinar as diferenças existentes entre 22 empresas suíças que adotaram as IAS e outras tantas que não adotaram, no que diz respeito a um grupo de variáveis independentes.

El-Gazzar, Finn e Jacob (1999) para além de não se cingirem às empresas Suíças, analisaram dados de três anos das multinacionais a utilizar as IAS. Assim, através da análise de dados em painel, efetuaram um teste não paramétrico para analisar as características das empresas que utilizam as IAS em comparação com as que não utilizam.

Efetuarão também um modelo de regressão linear para testar a relação entre a decisão de utilização das IAS e as variáveis definidas.

Rahman, Perera e Ganesh (2002) analisaram os relatórios de contas de algumas das maiores empresas da Nova Zelândia (81 empresas) e da Austrália (75 empresas). Assim com base nos dados referentes ao ano de 1993, pretendiam demonstrar que as divulgações e práticas adotadas pelas empresas variam consoante determinados fatores que as caracterizam, nomeadamente, o setor de atividade, dimensão, Auditoria, etc.

O estudo de Guerreiro (2006) incidiu sobre as empresas com ações cotadas na *Euronext Lisbon* em 31 de dezembro de 2004 relativamente ao exercício de 2004. Pretendia verificar se as empresas seguiram a recomendação de divulgação de informação quantitativa do *Committee of European Securities Regulators* e quais as características das empresas com maiores níveis de divulgação.

Nos estudos referenciados foram testadas diversas variáveis explicativas da divulgação financeira, das quais destacamos:

- Variável: CEO (Chief Executive Officer)

Luzia (2013) refere que o CEO tem um papel fundamental na estratégia de divulgação de informação e encontrou no seu estudo, uma relação positiva entre a remuneração fixa deste e a opção contabilística. Segundo este autor esta relação pode significar um maior nível de satisfação dos acionistas pelo fato de lhes ser fornecida informação mais completa e com maior qualidade.

- Variável: Dimensão

A dimensão da empresa é um fator que poderá influenciar a divulgação financeira. Segundo Singhvi e Desai (1971), o custo de divulgar informação detalhada é menor nas empresas de maior dimensão porque esta informação já é produzido para fins internos. No entanto, as empresas de menor dimensão poderão sentir que a divulgação total de informação poderá pôr em risco a sua competitividade. Esta relação positiva entre dimensão e divulgação da informação é unânime entre os diversos autores e nos estudos

empíricos realizados nos mais diversos contextos (Hossain *et al.*, 1995; Dumontier e Raffournier, 1998; Guerreiro, 2006; Singhvi e Desai, 1971).

- Variável: Número de acionistas

Singhvi e Desai (1971) concluíram que quanto maior o número de acionistas de uma empresa, maior a qualidade da divulgação da informação financeira. Uma das razões que poderão justificar essa situação é o facto de essas empresas estarem mais expostas à opinião pública e como tal estarem sujeitos a maiores pressões para as referidas divulgações.

- Variável: Tipo de auditor

Uma das funções dos auditores é exprimir opinião sobre as demonstrações financeiras, isto é referir se estas apresentam, ou não, de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e económica da empresa e se respeitam os requisitos legais exigidos. Tendo como um dos principais capitais, a reputação de qualidade e independência, as empresas multinacionais de Auditoria tendem a exigir uma maior divulgação de informação por parte dos seus clientes, imputando-lhes os custos de reputação. Alguns autores (Singhvi e Desai, 1971; Dumontier e Raffournier, 1998; Rahman *et al.*, 2002) encontraram evidência empírica de que as empresas auditadas pelas *Big Four*<sup>12</sup> tendem a divulgar mais informação. Contrariamente, outros autores concluíram que o tipo de auditor não é um fator importante para explicar a divulgação de informação (Hossain *et al.*, 1995; Firth, 1979; Hossain, Tan e Adams, 1994, referidos por Dumontier e Raffournier, 1998).

- Variável: Internacionalização Comercial

A presença em mercados estrangeiros aumenta, não só o n.º de utilizadores, como a sua heterogeneidade. Assim, haverá um interesse maior por parte das empresas em preparar

---

<sup>12</sup> Alguns estudos referem-se às *Big Six* ainda existentes na altura do estudo.

a informação com mais qualidade de forma a ser entendida por essa diversidade de utentes (Dumontier e Raffournier, 1998; El-Gazzar *et al.*, 1999; Murphy, 1999).

- Variável: Setor de atividade

Rahman *et al.* (2002) argumentam que a influência do setor de atividade nas práticas contabilísticas e divulgações poderão estar relacionadas com outras características das empresas nomeadamente a dimensão e a perspetiva de crescimento. Concluíram no seu estudo que a divulgação não é independente do setor de atividade. Hossain *et al.* (1995) chegaram à mesma conclusão.

Podemos observar na tabela 2.3 o resumo de todos os estudos analisados, as variáveis estudadas e respetivos resultados obtidos nos mesmos.

**Tabela 2.3** Resumo dos estudos relativos à divulgação de informação

Estudos		Singhvi e Desai (1971)	Dumontier e Raffournier (1998)	Murphy (1999)	El-Gazzar <i>et al.</i> (1999)	Hossain <i>et al.</i> (2004)	Guerreiro (2006)	Rahman <i>et al.</i> (2002)	Luzia (2013)
Variáveis									
Dimensão	Associação	Sim	Sim	Não		Sim	Sim	Não	
N.º acionistas	Associação	Sim							
Auditor	Associação	Sim	Sim	Não		Não	Sim	Sim	Sim
Setor atividade	Associação							Sim	Sim
Internacionalização comercial	Associação		Sim	Sim	Sim		Sim		Sim
Endividamento	Associação				Sim	Sim	Sim		
Rentabilidade	Associação	Sim	Sim						
Cotação internacional	Associação		Sim	Sim	Sim	Não			Sim
CEO	Associação								Sim

Fonte: Elaboração própria

### 2.3.2. Relativos às Provisões e Passivos Contingentes

Nos estudos sobre esta matéria são identificados como variáveis explicativas, para além da avaliação da probabilidade de ocorrência já referido anteriormente, o valor das cotações, a cultura, o juízo de valor, quer do preparador, quer das administrações, a dimensão das entidades, o perfil do auditor, o âmbito geográfico de atuação (nacional ou internacional), número de acionistas e setor de atividade.

#### - *Variável: Preço da Cotação*

Banks e Kinney (1982) estudaram a consequência no preço da cotação das ações nas empresas que divulgam contingências. Para o efeito, foi selecionada uma amostra de 92 empresas americanas incluídas no *Accounting Trends and Techniques*<sup>13</sup> que divulgaram pelo menos uma contingência num relatório e contas durante o período de 1969 a 1975. Este estudo pretendia testar as seguintes hipóteses:

- a) A *performance* do preço da cotação das empresas que apresentam uma nova contingência é negativa, relativamente aquelas que não apresentam;
- b) A *performance* do preço da cotação é mais negativa para as empresas que divulgam na imprensa financeira, aprioristicamente, do que naquelas em que não houve essa divulgação;
- c) A *performance* do preço da cotação é mais negativa para as empresas que em consequência dessa contingência, tenham recebido uma opinião qualificada na certificação legal de contas, relativamente às que não obtiveram essa opinião qualificada;
- d) A rendibilidade anormal baseada na quantidade dos resultados é inferior à baseada na quantidade e qualidade dos resultados. No limite, o preço da cotação das empresas com “boas notícias” relativamente às quantidades dos resultados e sem qualquer imparidade associada, é bastante superior às empresas que apresentam “más notícias” e algum tipo de imparidade.

---

<sup>13</sup> An annual report by the American Institute of Certified Public Accountants giving statistics and other information on how accountants treat various aspects of the financial statements for major corporations.

Através da análise às contas, Banks e Kinney (1982), chegaram à conclusão que o desempenho do preço das cotações das ações das empresas com novas contingências foi significativamente pior do que as sem novas contingências divulgadas. Essa diferença aumenta para as empresas com certificação legal de contas com opinião qualificada, relativamente aquelas que apenas tinham uma divulgação nas demonstrações financeiras. Porém, essa diferença ainda era maior nas empresas cujas contingências tinham uma divulgação prévia na imprensa financeira.

No que diz respeito à última hipótese testada, a conclusão foi de que o desempenho anormal das cotações baseado na qualidade dos resultados (divulgações e opinião de um auditor) era menor relativamente à baseada apenas na quantidade dos mesmos.

Em 1991 Frost realizou uma réplica e extensão do estudo referido anteriormente. Assim, tendo como amostra 72 empresas que divulgaram novas contingências e 270 carteiras de títulos de empresas, durante o período de 1976 a 1984, para além de manter as hipóteses do estudo de Banks e Kinney (1982), Frost (1991) decidiu testar a existência de uma correlação negativa entre a avaliação da gravidade da nova contingência por parte do auditor e fatores económicos, dimensão do cliente, resultados não esperados, percentagem de crescimento do Produto Nacional Bruto, rendibilidade anormais acumuladas e divulgação prévia no *Wall Street Journal*.

De modo geral, Frost (1991) chegou às mesmas conclusões que o estudo anterior. No que diz respeito à nova hipótese, concluiu que os auditores classificam como mais importantes as perdas contingentes quando a economia estava estagnada, quando existia divulgação prévia na imprensa financeira e quando o preço das cotações da empresa e os seus resultados é mais baixo. Conclui também que os auditores têm tendência para emitir opiniões qualificadas aos clientes de menor dimensão.

- Variável: Gestão de Resultados

Ribeiro (2012) estudou a utilização das Provisões e contingências para a gestão de resultados. Esta prática poderá ter vários objetivos desde a distribuição uniforme dos resultados anuais até aos interesses individuais dos acionistas ou administradores. Considera também que ambientes de incerteza, risco e subjetividade são propícios para

quem pretende efetuar uma gestão de resultados e as Provisões legais são um mecanismo para a sua prática. O seu estudo foi feito com recurso a entrevistas com advogados, auditores e juristas onde pretendia investigar a perceção que estes têm relativamente à possibilidade deste tipo de prática, recorrendo a Provisões sobre contencioso legal no Brasil. Assim, utilizando a análise de conteúdo como metodologia, confirmou a existência da prática de gestão de resultados com recurso às Provisões relacionadas com contencioso legal.

- Variável: Cultura

Outras das variáveis identificadas foi a cultura<sup>14</sup>, fator que tem merecido bastante atenção dos investigadores desde já há alguns anos.

Segundo Perera (1989: 43), “Although the technical aspect of accounting is less culture dependent than the human aspect, because the two interact, accounting cannot be culture free”.

Ao longo dos anos, têm surgido vários estudos com o objetivo de analisar a relação entre os valores culturais e o julgamento profissional, não só no que diz respeito aos preparadores da informação, mas também relativamente aos auditores dessa informação.

Hofstede (1980), (referido por Albuquerque e Almeida, 2011) desenvolveu um estudo sobre as diferenças culturais e como estas afetam os processos institucionais. Aplicou um questionário sobre a atitude dos trabalhadores a uma amostra de 116.000 funcionários da IBM em 39 países, para tentar perceber o porquê das diferenças na gestão das diversas filiais, tendo em conta todos os esforços desenvolvidos para a implementação de procedimentos e normas comuns. Conclui que essas diferenças se deviam a diferenças culturais, não só dos funcionários, mas como do país em questão.

A partir do modelo teórico de Hofstede (1980), centrado para a área da gestão, Gray (1988) desenvolveu um trabalho sobre as diferenças culturais na área da Contabilidade e como estas afetam a sua prática.

---

<sup>14</sup> Hofstede (1980) define cultura como “a programação coletiva dos espíritos que distingue os membros de um grupo humano do outro”.

No seu estudo, o autor identifica quatro valores contabilísticos, que na sua ótica, influenciam as práticas contabilísticas, a forma de relato e divulgação e que podem ser usadas para definir um país em termos de subcultura<sup>15</sup> da Contabilidade:

- a) **Profissionalismo versus Controlo Estatutário** – a preferência para o livre exercício do julgamento profissional e a manutenção da autorregulação, em oposição ao cumprimento de requisitos normativos legais e ao controlo estatutário;
- b) **Uniformidade versus Flexibilidade** – a preferência pela aplicação uniforme de práticas contabilísticas entre as empresas e a sua coerência ao longo do tempo em oposição à flexibilidade, de acordo com a situação específica de cada empresa;
- c) **Conservadorismo versus Otimismo** – a preferência por uma abordagem cautelosa e prudente na mensuração de forma a enfrentar a incerteza dos eventos futuros em oposição a uma abordagem mais otimista e com risco assumidos;
- d) **Secretismo versus transparência** – a preferência pela confidencialidade e a restrição da divulgação de informação sobre o negócio apenas para quem está mais envolvido na gestão e financiamento, em oposição a uma abordagem mais transparente, aberta e publicamente responsável.

No seu estudo Gray (1988) enquadrava Portugal no conjunto dos países latinos menos desenvolvidos, o que implicava a sua definição, em termos de valores contabilísticos, como um país de elevados níveis de controlo estatutário, uniformidade, secretismo e conservadorismo. Apesar deste ser um estudo pioneiro que serviu de referência no desenvolvimento de muitos outros estudos posteriores (Perera, 1989; Albuquerque e Marcelino, 2003; Tsakumis, 2007; Albuquerque e Almeida, 2011) Gray não realizou qualquer teste empírico para testar a validade da sua teoria.

Albuquerque e Almeida (2011) realizaram um estudo que teve como objetivo testar se Portugal ainda se enquadrava nessa classificação proposta por Gray (1988). Assim, através de um questionário realizado aos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) com inscrição ativa e com formação superior, como grau mínimo de escolaridade, analisaram os dados obtidos, com recurso a técnicas de análise multivariada para testar esse

---

<sup>15</sup> Gray (1988), refere a Contabilidade como uma “subcultura”, no sentido de considerá-la subdivisão da cultura de uma sociedade, ao nível organizacional, profissional ou familiar.

enquadramento. Os resultados obtidos apoiam fortemente dois valores apontados por Gray (1988), nomeadamente a uniformidade e o controlo estatutário, e só razoavelmente os valores do secretismo e conservadorismo, sugerindo uma reclassificação do nosso país.

Mais recentemente, Albuquerque e Marcelino (2013) analisaram através de um inquérito aplicado a 319 TOC, a existência de diferenças relativamente ao julgamento profissional no que diz respeito ao reconhecimento de Ativos e de Passivos, tendo como base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 21. Observaram uma maior frequência associada ao reconhecimento de Passivos em detrimento dos Ativos, confirmando o valor cultural de conservadorismo atribuído por Gray (1988) a Portugal.

Tsakumis (2007), a partir dos valores do conservadorismo e secretismo apresentados por Gray (1988), analisou se existiam diferenças no reconhecimento de contingências entre os contabilistas gregos e norte-americanos. Através de um questionário apresentado a 52 contabilistas da Grécia e 49 dos EUA, chegou à conclusão que não existem diferenças significativas no que diz respeito à decisão de reconhecimento quer de Ativos, quer de Passivos Contingentes. Já no que diz respeito ao secretismo, concluiu que os contabilistas gregos têm menos propensão para divulgar simultaneamente Ativos e Passivos Contingentes, demonstrando um maior secretismo.

Dentro da variável cultura é possível considerar também como aspeto importante os juízos de valor.

A Contabilidade em si não é uma ciência exata, dado que exige intervenção humana. Deste modo, sempre que é necessário formular um determinado juízo de valor, naturalmente que tal julgamento não é padronizável e como tal sujeito a subjetividade. O tema das Provisões é complexo, aglomerando muitas vezes noções de probabilidade, estatística e obrigando muitas vezes à determinação de estimativas nas quais o preparador da informação tem que recorrer ao seu julgamento profissional o qual é também influenciado pelo fator cultura. Não só terá que estimar a probabilidade de ocorrência de um evento, como também interpretar os termos probabilísticos contidos nas normas. A figura 2.3 reflete o processo de julgamento profissional a que os preparadores estão sujeitos. Pode-se considerar a existência de uma relação tridimensional entre estes fatores.

Por um lado a cultura influencia os juízos de valor, que por sua vez vão influenciar a interpretações dos VPE.

**Figura 2.3 Julgamento profissional**



Fonte: Elaboração própria

#### - Outras Variáveis

Suave, Codesso, Pinto, Vicente e Lunkes (2013) examinaram, com base nas notas explicativas dos relatórios de 2011, se as empresas com títulos negociados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa)<sup>16</sup> cumprem as disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25<sup>17</sup> no que diz respeito aos Passivos Contingentes e quais as características das empresas que apresentam maior cumprimento. Concluíram que essas entidades não apresentam informação suficientemente esclarecedora e com qualidade que permita elucidar os seus utentes. Encontraram correlações com as variáveis setor de atividade, liquidez e cotação noutras bolsas.

Costa (2013) observou as características dos Passivos Contingentes nas empresas que negociam ações na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e considerou o setor de atividade como possível fator explicativo para essas características. Concluiu ao contrário da maioria dos estudos (Suave *et al.*, 2013; Ponte, Fonteles, Nascimento e Rebouças, 2012; Taliani e Alvarez, 1989; Albert, Briones e Cardoso, 2002), que o setor de atividade não explica a divulgação de contingências.

Ponte *et al.* (2012) apresentaram um estudo em que analisaram prováveis variáveis capazes de influenciar a divulgação exigida pelo CPC 25. O estudo testou, com base no relatório de 2010 de 308 empresas, se variáveis como o setor de atividade, dimensão,

<sup>16</sup> BM&FBovespa, sediada em São Paulo é a bolsa oficial do Brasil.

<sup>17</sup> O CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes corresponde à tradução e adaptação por parte do Brasil, no que diz respeito à IAS 37.

liquidez, endividamento são determinantes na divulgação de Provisões e contingências no caso concreto das empresas com títulos negociados na BM&FBovespa, utilizando um modelo de regressão múltipla. O modelo final apresentado inclui variáveis como o tamanho, rentabilidade, setor de atividade, liquidez e exclui a variável endividamento.

Oliveira (2011) efetuou uma investigação semelhante mas recorrendo à estatística descritiva e à análise de conteúdo. Concluiu que apesar da divulgação de Passivos Contingentes não estar dependente do valor do Ativo, este pode influenciar o volume de Provisões.

Albert *et al.* (2002) recolheram os dados dos relatórios anuais de 1998 referentes a 68 empresas não-financeiras espanholas. Pretendiam verificar a qualidade da divulgação relativamente a Provisões e encontrar fatores determinantes dessa informação. Concluíram que a informação divulgada é incompleta e em alguns casos pouco aprofundada. A dimensão, quantidade de Provisões e setor de atividade foram algumas das variáveis explicativas encontradas para a divulgação de Provisões.

Taliani e Alvarez (1989), analisaram os dados das empresas espanholas dos 11 setores mais representativos. Através dos dados referentes aos anos de 1986 e 1987 obtidos da Central de Balanços do Banco de Espanha, definiram 11 tipos de contingências com o objetivo de perceber se existiam determinados setores de atividade que divulgavam mais contingências do que outros. Conseguiram estabelecer indícios de que o setor de atividade poderá ser um fator determinante na divulgação de contingências.

Pode-se observar na tabela 2.4 as diversas variáveis estudadas até ao momento, sendo que nem sempre os resultados obtidos são unânimes.

**Tabela 2.4** Resumo das variáveis dos estudos de Provisões e Passivos Contingentes

Estudos		Suave <i>et al.</i> (2013)	Costa (2013)	Oliveira (2011)	Ponte <i>et al.</i> (2012)	Taliani e Alvarez (1989)	Albert <i>et al.</i> (2002)
Setor de atividade	Associação	Sim	Não		Sim	Sim	Sim
Liquidez	Associação	Sim			Sim		
Dimensão	Associação	Não		1	Sim		Sim
Rentabilidade	Associação	Não			Sim		
Endividamento	Associação				Não		Sim
Auditor	Associação						Não
Valor das Provisões	Associação						Sim
Cotação noutra bolsa	Associação	Sim					

Fonte: Elaboração própria

1 – Encontrada correlação entre a dimensão e as Provisões, mas não no que diz respeito aos Passivos Contingente.

### 3. OBJETIVOS DO ESTUDO

No seguimento da revisão literária, pretende-se com o presente estudo contribuir para a atualização e ampliação de outros estudos já existentes nesta área. Tal contributo evidencia-se nomeadamente pela inclusão de variáveis exploratórias e pela consideração de um horizonte temporal mais alargado.

O principal objetivo deste trabalho é responder à seguinte questão: *Quais as variáveis quantitativas e qualitativas que conduzem ao reconhecimento e divulgação de Provisões nas contas consolidadas das empresas com títulos cotados na Euronext Lisbon?*

Neste contexto foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Identificar nas contas consolidadas das empresas com títulos cotados na *Euronext Lisbon* a natureza das Provisões reconhecidas;
- ✓ Identificar nas contas consolidadas das empresas com títulos cotados na *Euronext Lisbon* a natureza dos Passivos Contingentes divulgados;
- ✓ Determinar fatores qualitativos e quantitativos, tais como a dimensão, n.º de empregados, perfil do CEO, tipo de auditor, o IRC, que possam ser explicativos para a decisão de reconhecimento das Provisões.
- ✓ Construção de um modelo econométrico de regressão linear múltipla, definindo as variáveis com base revisão bibliográfica e inserindo também novas variáveis exploratórias.

## 4. ESTUDO EMPÍRICO

### 4.1. O Universo e a amostra

O universo em estudo são as entidades com títulos admitidos à negociação na *Euronext Lisbon* à data de 31 de dezembro de 2012, que corresponde a 49 entidades (ver Apêndice 1).

A partir da classificação do *Industry Classification Benchmark* (ICB), agrupou-se estas 49 entidades por setor. Foram excluídas oito entidades pertencentes ao setor financeiro (ICB 8000), já que estas utilizam um normativo próprio, não sendo conseqüentemente comparável.

Excluiu-se também os três clubes de futebol, uma vez que os períodos económicos destas entidades não coincidem com o ano civil, podendo desvirtuar os resultados obtidos.

Finalmente, foi excluída a entidade EDP Renováveis, já que possui *International Securities Identification Number* (ISIN)<sup>18</sup> com o prefixo diferente de PT, atendendo a que uma das variáveis a testar é o Imposto sobre o rendimento. Assim, entidades sujeitas a disposições tributárias diferentes, deixam de ser comparáveis no que diz respeito a esta variável.

Assim, como se pode observar no Apêndice 2, obteve-se uma amostra de 37 entidades ou seja, cerca de 76% da população. Da amostra selecionada, 14 entidades, ou seja, cerca de 38% integram o índice PSI20<sup>19</sup>.

No que diz respeito ao setor de atividade, de acordo com a já referida classificação ICB, podemos observar no gráfico 4.1 que a amostra é composta maioritariamente por entidades dos setores da indústria e dos serviços ao consumidor representando 32% e 24%

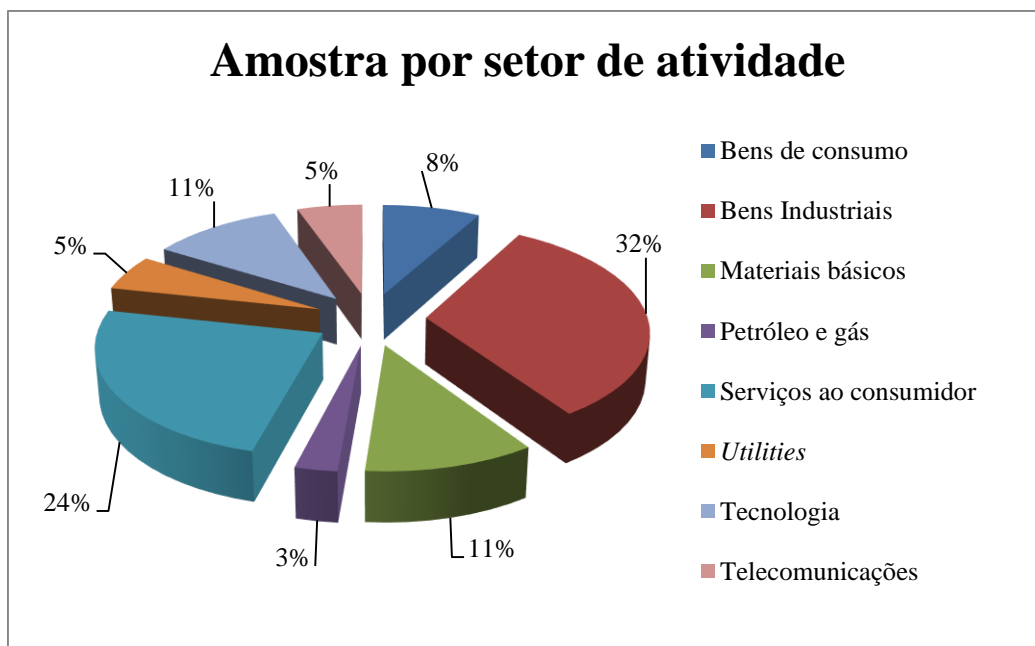
---

<sup>18</sup> ISIN é um código utilizado internacionalmente para identificar os valores mobiliários, facilitando as transações bolsistas. É composto por doze dígitos alfanuméricos, no qual os primeiros dois identifica o país da sede.

<sup>19</sup> PSI20 é o principal índice de referência do mercado de capitais português e é constituído pelas ações das vinte maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa.

da amostra, respetivamente. Contrariamente o setor menos representativo é o do Petróleo com 3%, o que corresponde a uma entidade.

**Figura 4.1 Entidades da amostra por setor de atividade**



Fonte: Elaboração própria

O período de análise cobre o horizonte temporal de 2005-2012. Na medida em que nem todas as entidades apresentavam títulos cotados na *Euronext Lisbon* em 2005 a amostra é não balanceada. Nestes casos só foram recolhidos e analisados os dados a partir do ano de admissão à negociação.

**Tabela 4.1 Empresas com títulos admitidos a negociação após 2005**

Entidade	Período
F.Ramada, SGPS, S.A	2008
Galp Energia SGPS, S.A.	2006
Martifer, SGPS, S.A.	2007
REN, SGPS, S.A.	2007
Zon Multimédia, SGPS, S.A.	2007

Fonte: Elaboração própria

Para além das entidades referidas, existe o caso particular da entidade Teixeira Duarte, S.A. cujos títulos foram admitidos à negociação na *Euronext Lisbon* em 2010 após a aquisição do capital da Teixeira Duarte – Engenharia Construções, S.A.. No seguimento da informação fornecida no relatório de 2010, foram considerados os dados da entidade Teixeira Duarte – Engenharia Construções, S.A até ao ano de 2009 e a partir de 2010 os dados relativos à Teixeira Duarte S.A.

#### **4.2. Recolha e Tratamento dos dados**

A partir da amostra definida, recolheu-se a informação necessária através dos relatórios e contas consolidadas constantes no *site* oficial da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)), referentes aos últimos 8 anos (de 2005 a 2012). A informação não disponível foi recolhida no *site* oficial da respetiva entidade.

Os dados relativos à caracterização da administração e CEO foram recolhidos através dos relatórios de governo das sociedades e a informação relativa ao histórico das cotações no sítio <http://www.bolsapt.com/>.

Foram recolhidos os dados relativos às contas consolidadas visto que, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 de 19/07/2002, todas as sociedades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, são obrigadas a apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas do IASB adotadas pela UE, desde 2005.

Os dados têm uma estrutura em painel, na medida em que integram observações com uma dimensão seccional (entidades) e temporal (anos de observação), atribuindo-se um índice duplo a cada variável, com as entidades  $i = 1$  a 37 e os períodos de tempo (anos)  $t = 2005$  a 2012. Tal como já foi referido o painel é não balanceado ou não equilibrado, já que não se obteve o mesmo número de anos para cada entidade, sendo o número total de observações 286.

O tratamento dos dados recolhidos foi efetuado através do Microsoft Excel e do *software* econométrico STATA.

### 4.3. Hipótese de investigação

Como já foi referido anteriormente, pretende-se com este estudo determinar que fatores explicam um maior ou menor reconhecimento de Provisões.

Foram considerados três tipos de fatores:

- ✓ Fatores de natureza interna, ou seja fatores intrínsecos à empresa, tais como a sua dimensão, empresa de Auditoria ou o valor do Passivo;
- ✓ Fatores de natureza externa ou ambiental, ou seja, fatores que resultam do enquadramento da entidade, tal como o setor de atividade ou cotação noutros mercados;
- ✓ Fatores relacionados com o CEO, nomeadamente, o seu *background* profissional ou académico, remuneração, etc.

Neste sentido foram desenvolvidas as seguintes hipóteses:

**H<sub>0</sub>: Fatores de natureza interna, ambiental ou relacionadas com o perfil da administração são relevantes para o reconhecimento de Provisões.**

**H<sub>1</sub>: Fatores de natureza interna, ambiental ou relacionadas com o perfil da administração não são relevantes para o reconhecimento de Provisões.**

### 4.4. Variáveis do estudo

No seguimento da elaboração da hipótese de investigação definiu-se as variáveis de natureza interna, externa e relativas ao CEO que podem eventualmente explicar a variável dependente. Ferreira (2010) refere que na definição e escolha das variáveis para além do recurso à teoria, o senso comum também poderá ser uma solução. Assim, a escolha destas variáveis foi feita com base na revisão da literatura, ou seja, variáveis já anteriormente testadas (mesmo que com metodologias completamente diferentes), adicionando também variáveis exploratórias.

#### 4.4.1. Variável dependente

A variável dependente é o objeto do estudo, ou seja a variável cujo comportamento se pretende explicar como dependente de um conjunto de outras variáveis explicativas.

Foi definida como variável dependente:

- ✓ **log\_prov** - logaritmo do valor das Provisões totais reconhecidas em Balanço.

De acordo com Ferreira (2010) a utilização de logaritmos é útil em várias situações. Permite que as interpretações sejam feitas em percentagens, o que facilita a comparação em realidades distintas. Ajuda a limitar o efeito dos *outliers*, já que permite a redução da variação de uma variável. No caso de ser utilizado numa variável dependente, ajuda a reduzir ou eliminar problemas de heterocedasticidade. Tendo em conta as realidades distintas que caracterizam a amostra, a logaritmização da variável dependente pareceu ser o mais adequado ao estudo.

#### 4.4.2. Variáveis independentes

Para a definição de potenciais variáveis explicativas do objeto em estudo, foram tidas em conta as *proxies* utilizadas nos estudos referidos na revisão bibliográfica. Foi efetuada uma análise exploratória inicial e apesar de algumas variáveis apresentarem relações com a variável dependente, apenas algumas se revelaram como sendo estatisticamente significativas.

##### 4.4.2.1. Variáveis de natureza interna

Consideram-se como variáveis ou fatores de natureza interna os intrínsecos à empresa, ou seja, aqueles que a caracterizam tais como a sua dimensão, a política de distribuição de dividendos, a empresa de Auditoria, n.º de trabalhadores, rendibilidade, entre outros.

Assim, como variáveis de natureza interna considerou-se:

##### - Dimensão

Esta é uma variável testada em diferentes estudos e contextos e são várias as *proxies* utilizadas, desde o valor total do Ativo (Singhvi e Desai, 1971; Dumontier e Raffournier,

1998; Murphy, 1999), até ao volume de negócios (Guerreiro, 2006; Dumontier e Raffournier, 1998). Espera-se obter uma correlação positiva.

Na tabela 4.2 é possível observar que a maioria dos estudos utiliza o valor do Ativo total como *proxy* para testar a dimensão.

**Tabela 4.2 Proxies utilizadas para testar a variável dimensão**

<b>Estudo</b>	<b>Proxy</b>
<b>Singhvi e Desai (1971)</b>	Ativo total
	Vendas
<b>Dumontier e Raffournier (1998)</b>	Ativo total
	Logaritmo das Vendas
	Logaritmo do Ativo
<b>Murphy (1999)</b>	Ativo total
<b>Hossain et al. (1995)</b>	Logaritmo do Ativo
<b>Guerreiro (2006)</b>	Ativo total
	Volume de negócios
<b>Rahman et al. (2002)</b>	Ativo total
<b>Suave et al. (2013)</b>	Ativo total
<b>Oliveira (2011)</b>	Ativo total
<b>Ponte et al. (2012)</b>	Logaritmo do Ativo
<b>Albert et al. (2002)</b>	Logaritmo do Ativo

Fonte: Elaboração própria

De acordo com as vantagens já referidas relativas à utilização das variáveis em logaritmo, e seguindo a mesma linha de alguns autores, foi definido que a *proxy* utilizada para a dimensão seria:

- ✓ **log\_Ativo** – logaritmo do total do Ativo.

#### **- Auditoria**

Entende-se que as empresas internacionais de Auditoria, as *Big Four* são mais exigentes com os seus clientes no que diz respeito à divulgação de informação, já que a

credibilidade e neutralidade são a base da sua reputação. Como tal espera-se obter também uma correlação positiva (Singhvi e Desai, 1971; Dumontier e Raffournier, 1998; Guerreiro, 2006; Rahman *et al*, 2002). Foi assim definida a variável:

- ✓ **audit** – variável dicotómica (ou *dummy*) que assume valor 1 quando a certificação legal de contas for emitida por uma *Big Four*.

#### - **Endividamento**

Segundo Oliveira (2011), existe a tendência para uma maior divulgação voluntária por parte das empresas com maior nível de endividamento, de forma a satisfazer os credores e afastar eventuais suspeitas de desvios de riqueza. Para testar esta variável alguns autores utilizam o rácio Passivo Oneroso/Ativo Total (Ponte *et al.*, 2012; Albert *et al.*, 2002). O rácio escolhido foi o *debt-to-equity* utilizado por El-Gazzar *et al.* (1999) e Murphy (1999) que representa a parte do Passivo Oneroso que está coberta por Capitais Próprios. De acordo com a literatura, espera-se obter um sinal positivo. Considerou-se como variável:

- ✓ **Endiv** – rácio *debt-to-equity* = 
$$\frac{\text{Empréstimos correntes e não correntes}}{\text{Capital Próprio}}$$

#### - **Interesses Minoritários**

Num Balanço consolidado, os interesses minoritários são a parte do Capital Próprio que diz respeito aos sócios minoritários, ou seja, a parte que não é imputável à entidade que detém o controlo. Espera-se uma relação negativa, na medida em que poderá existir uma intenção de agradar os acionistas e criar um cenário de pouco risco e de distribuição de dividendos.

Assim foi definida como variável:

- ✓ **i\_minort** – Valor dos interesses minoritários

#### **4.4.2.2. Variáveis de natureza externa/ambiental**

As variáveis de natureza externa ou ambiental são aquelas que enquadram as entidades dentro de um determinado contexto e que podem conduzir a uma padronização de comportamentos de acordo com características semelhantes.

##### **- Portuguese Stock Index – 20 (PSI20)**

Esta é uma *dummy* que assume valor dicotómico (0 e 1), sendo atribuído 1 quando a entidade integra este índice. Sendo que estas entidades estão constantemente sob o escrutínio público, com maior visibilidade que as restantes, espera-se que exista um cuidado maior na divulgação da informação. Esta é uma variável exploratória e espera-se que exista uma correlação positiva (Luzia, 2013). Assim elegeu-se:

- ✓ **PSI20** – integração no PSI20

##### **- Multicotada**

Tal como na variável anterior, esta também é uma *dummy* que assume valor dicotómico (0 e 1), sendo atribuído 1 quando a entidade está cotada em mais que um mercado e zero quando apenas tem títulos negociados no mercado nacional. À semelhança do já referido na bibliografia acerca da internacionalização, a presença em mercados estrangeiros “obriga” a uma maior preocupação com a qualidade de informação divulgada, e como tal é esperado sinal positivo na correlação (Murphy, 1999; El-Gazzar *et al.*, 2002; Luzia, 2013). Foi definido:

- ✓ **Cotada** – cotação noutra mercado para além da *Euronext Lisbon*

##### **- Impostos**

Existe unanimidade no reconhecimento que as Provisões são uma área muito propícia para uma eventual gestão de resultados (Rodrigues, 2011; Duarte e Ribeiro, 2007; Duarte *et al.* 2013). Desta forma poderá haver uma tendência para aumentar o valor das Provisões em anos em que as entidades tenham resultados maiores, reduzindo assim o valor de

imposto a pagar. Espera-se assim uma correlação negativa entre o valor das Provisões e do imposto a pagar. Para testar esta variável considerou-se:

- ✓ **IRC** – valor do imposto sobre o rendimento reconhecido na Demonstração dos Resultados e que inclui o valor de imposto corrente e de imposto diferido.

#### **4.4.2.3. Variáveis relativas ao CEO**

Apesar de ser o TOC a preparar a informação financeira, a última decisão cabe sempre ao CEO no que diz respeito à informação a ser divulgada. Assim, foram recolhidos diversos dados sobre o perfil destes gestores (experiência profissional anterior, área de licenciatura, remuneração, etc.) que lideram e são os principais responsáveis estratégicos destas entidades.

Assim foram seleccionadas como variáveis exploratórias relativas ao CEO:

##### **- N° de ações detidas pelo CEO**

A variável a ser testada diz-nos o número de ações que o CEO possui. Espera-se que o facto de o CEO ser acionista, o incentive a uma maior preocupação de divulgação. Espera-se pois um sinal positivo.

- ✓ **ceo\_ac** – n° total de ações detidas pelo CEO

##### **- Habilitações Literárias do CEO**

Esta variável indica quais as habilitações literárias do CEO. Foi atribuído o zero para a Licenciatura e/ou Pós-Graduação, o 1 para Mestrado, o 2 para MBA e o 3 para o Doutoramento. Espera-se um sinal positivo na medida em que um CEO com mais habilitações terá uma sensibilidade maior para a necessidade de divulgação da informação. Assim seleccionou-se:

- ✓ **ceo\_grau** - Habilitações Literárias do CEO

A tabela 4.3 ilustra de forma sucinta as variáveis escolhidas para testar a hipótese definida, a descrição da medida e a relação esperada.

Tabela 4.3 Resumo das variáveis

Variável Dependente		Descrição		
<b>log_prov</b>		Logaritmo do valor total de Provisões reconhecidas em Balanço		

Variáveis Independentes	Sigla	Medida	Relação esperada	
<b>Natureza Interna</b>	Dimensão	log_Ativo	logaritmo do total do Ativo.	Positiva
	Auditoria	audit	<i>Dummy</i> , assume valor 1 quando é <i>Big Four</i> , 0 quando não pertence.	Positiva
	Endividamento	Endiv	Empréstimos/CP.	Positiva
	Interesses Minoritários	i_minort	Valor dos interesses minoritários.	Negativa
<b>Natureza Externa</b>	PSI20	psi20	<i>Dummy</i> , assume valor 1 quando a entidade integra o PSI20.	Positiva
	Multicotada	Cotada	<i>Dummy</i> , assume valor 1 quando a entidade está cotado em mais que um mercado.	Positiva
	Impostos	IRC	Valor de Imposto reconhecido na Demonstração de Resultados.	Negativa
<b>CEO</b>	Nº de ações detidas pelo CEO	ceo_ac	Nº total de ações detidas pelo CEO.	Positiva
	Habilitações Literárias do CEO	ceo_grau	Habilitações Literárias do CEO onde o 0 representa Licenciatura ou Pós-Graduação, o 1 para Mestrado, o 2 para MBA e o 3 para Doutoramento.	Positiva

Fonte: Elaboração própria

#### 4.5. Especificação do Modelo

Este estudo pretende determinar fatores potenciais que influenciam a divulgação de Provisões. Tal como já referido anteriormente, os dados recolhidos têm uma estrutura em painel não balanceado. Os dados em painel permitem incorporar uma dimensão seccional (entidades) e temporal dos dados e lidar facilmente com um certo tipo de endogeneidade (omissão de variáveis que não se alteram no tempo). Permitem também analisar a evolução ao longo do tempo e, segundo Guimarães (2009), proporcionam uma inferência mais precisa, já que trabalham com um número maior de observações do que os dados puramente seccionais ou temporais.

Assim, pretende-se determinar um modelo econométrico recorrendo a técnicas estatísticas e verificar se as variáveis são as corretas (inferência). Pretende-se não só determinar as variáveis independentes que influenciam uma variável (Provisões), mas também o impacto em termos quantitativos desta mesma relação.

Assim pretende-se obter um modelo de regressão linear do tipo:

$$Y_{it} = a + \beta_1 X_{1it} + \beta_2 X_{2it} + \dots + \beta_k X_{kit} + u_i$$

**i** – entidade

**t** – ano

**u** – componente do erro, ou seja, todas as outras variáveis que influenciam mas que não estão no modelo

Com as variáveis definidas torna-se necessário analisar a adequabilidade do modelo, o que de acordo com Ferreira (2010) poderá ser feito através do teste Reset (*Regression Equation Specification Error Test*), proposto por Ramsey em 1969 e que permite verificar se o modelo está bem especificado.

O teste de hipóteses é um teste F, no qual a rejeição da hipótese nula significa que o modelo está mal especificado e como tal existe a necessidade de encontrar nova forma funcional.

Ao efetuar este teste<sup>20</sup> obteve-se uma estatística  $F = 2,15$  e um  $p\text{-value} = 0,0945$ , o que significa que se aceita a hipótese nula e como tal o modelo apresenta-se bem especificado.

No seguimento da literatura, os modelos de estimação mais utilizados com dados em painel são o modelo de coeficiente constantes (*pooled*), o de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios.

O modelo *Pooled* assenta no pressuposto que os parâmetros  $a$  (constante) e  $\beta_k$  (declive) são homogêneos para todos os indivíduos e pode ser estimado pelo Método dos Mínimos Quadrados.

O modelo de efeitos fixos assume que a heterogeneidade das entidades é capturada na parte constante. Tem como limitação o facto de se perder os elementos que são constantes, ou seja, essencialmente as *dummies* que não sofrem alteração (Ferreira, 2010).

Para a escolha entre o modelo *pooled* e efeitos fixos, a hipótese nula é a da homogeneidade da constante (*pooled*)  $H_0 : a_1 = a_2 = \dots = a_N$  por oposição à heterogeneidade da constante (efeitos fixos)  $H_1 : a_1 \neq a_2 \neq \dots \neq a_N$ .

Assim o teste  $F^{21}$ , com o critério de seleção  $F_{\text{calculado}} > F_{(N-1, NT-N-k)}$  permitiu rejeitar a hipótese nula da constante comum e verificar a adequação do modelo de efeitos fixos em detrimento do *pooled*.

O terceiro modelo utilizado é o modelo de efeitos aleatórios, o qual considera a constante não como um parâmetro fixo mas como um parâmetro aleatório não observável. Ao contrário do modelo de efeitos fixos, este modelo considera que a heterogeneidade das entidades é capturada no termo de erro.

O teste LM de Breusch-Pagan é utilizado para decidir o modelo mais apropriado entre o modelo *pooled* ( $H_0$ ) e o de efeitos aleatórios ( $H_1$ ). As hipóteses definidas são:

$$H_0 : \sigma_v^2 = 0 \text{ (constante comum – pool)}$$

$$H_1 : \sigma_v^2 > 0 \text{ (efeitos aleatórios)}$$

---

<sup>20</sup> Todos os testes encontram-se desenvolvidos no Apêndice 3.

<sup>21</sup> Ver testes no Apêndice 3.

Se  $LM > \chi_1^2$  rejeita-se o modelo *pooled* a favor do modelo de efeitos aleatórios.

Finalmente decide-se entre a utilização do modelo de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios. De acordo com Ferreira (2010) esta decisão não deve ser tomada de forma arbitrária e um dos testes mais utilizados para seleccionar o modelo é o teste de Hausman. As hipóteses deste teste são:

$H_0: Cov(a_i, X_{it}) = 0$  (efeitos aleatórios)

$H_1: Cov(a_i, X_{it}) \neq 0$  (efeitos fixos)

Se  $H > \chi_k^2$  deve-se rejeitar o modelo de efeitos aleatórios. Nesse caso o modelo de efeitos fixos é considerado o modelo mais apropriado.

**Tabela 4.4 Teste Hausman**

	---- Coefficients ----			
	(b) fe	(B) re	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
ceo_ac	.0115785	-.0038292	.0154077	.0056299
log_Ativo	1.386.671	1.426039	-.0393675	.1588931
audit	.7032337	.541036	.1621977	.1637933
ceo_grau	.567882	.4067099	.1611721	.1173502
cotada	.4963399	.4158218	.080518	.1168232
psi20	-.0908552	-.0487071	-.0421482	.0962815
i_minort	-.0002304	-.0003434	.000113	.0001068
endiv	.0000167	-.0011082	.0011249	.0007639
IRC	-.0014858	-.0010049	-.0004808	.0005666

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg  
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

chi2(9) = (b-B)' [(V\_b-V\_B)^(-1)] (b-B)  
 = 22.33  
 Prob>chi2 = 0.0079  
 (V\_b-V\_B is not positive definite)

Fonte: Elaboração própria com base em *output* do Stata

Como é possível constatar no teste Hausman apresentado na tabela 4.4, o modelo mais adequado é o modelo de efeitos fixos ( $\chi^2(9) = 22,33$  e  $p\text{-value} = 0,0079$ ), já que se rejeitou a hipótese nula.

Ferreira (2010) refere que para que exista eficiência nos estimadores é necessário obedecer a dois pressupostos:

- *Homoscedasticidade* – significa que as variáveis independentes não podem estar relacionadas com a variância do erro, ou seja, a variância do erro é constante;
- *Ausência de autocorrelação* – ausência de relação entre o valor de realização de uma variável aleatória e outra vizinha.

Tornou-se assim necessário efetuar testes para verificar estes pressupostos.

Relativamente à homoscedasticidade as hipóteses deste teste são:

$H_0$ : Existe homoscedasticidade

$H_1$ : Existe heterocedasticidade

Com um valor de  $p\text{-value} = 0,0000$ , rejeita-se a hipótese nula, o que significa que existe heterocedasticidade.

No que diz respeito ao teste de autocorrelação, onde a hipótese nula diz respeito à ausência de autocorrelação, com um  $p\text{-value} = 0,0005$ , confirma-se a existência de correlação.

Na tabela 4.5 é possível observar o resumo dos principais resultados obtidos nos testes efetuados e referidos atrás.

**Tabela 4.5 Resultados obtidos para a seleção dos modelos de regressão**

Teste		Resultados
<b>F test that all <math>\mu_i = 0</math>;</b> <b>(OLS versus efeitos fixos)</b>	(1)	F (9, 213) = 12.22 P-value = 0.0000
<b>Breusch and Pagan (LM) (b)</b> <b>(OLS versus efeitos aleatórios)</b>	(2)	Wald Chi <sup>2</sup> (9) = 319.51 P-value = 0.0000
<b>Hausman test (c)</b> <b>Efeitos fixos versus efeitos aleatórios</b>	(3)	Chi <sup>2</sup> (9) = 22.33 P-value = 0.0079
<b>Modified Wald test (d)</b> <b>(heterocedasticidade)</b>	(4)	Chi <sup>2</sup> (36) = 8701.62 P-value = 0.0000
<b>Wooldridge test for autocorrelation</b> <b>in panel data</b>	(5)	F (1, 34) = 14.988 P-value = 0.0005

Fonte: Elaboração própria com base em *output* do Stata

- (1) Rejeição do modelo pooled a favor do modelo efeitos fixos.
- (2) Rejeição do modelo pooled a favor do modelo efeitos aleatórios.
- (3) Rejeição da hipótese nula, opta-se pelo modelo de efeitos fixos.
- (4) Existência de heterocedasticidade.
- (5) Aceitação da hipótese nula, ou seja, existe autocorrelação.

Finalmente, um modelo de regressão linear múltipla pressupõe que as variáveis explicativas sejam linearmente independentes, ou seja, que não exista multicolinearidade.

Para testar a possível existência de multicolinearidade foi utilizado o teste vif (*variance inflation factor*). De acordo com a literatura para não existir multicolinearidade a média do vif não deve ser maior do que 1 ou o maior vif não seja maior que 10.

Nesse sentido, e de acordo com a tabela 4.6, é possível confirmar a inexistência de multicolinearidade.

Tabela 4.6 Teste vif

Variable	VIF	1/VIF
log_Ativo	3.64	0.274418
IRC	3.35	0.298584
i_minort	2.66	0.376429
psi20	2.01	0.497576
cotada	1.45	0.691362
ceo_grau	1.17	0.857468
ceo_ac	1.11	0.897191
audit	1.09	0.919575
endiv	1.07	0.936678
Mean VIF	1.95	

Fonte: Elaboração própria com base em *output* do Stata

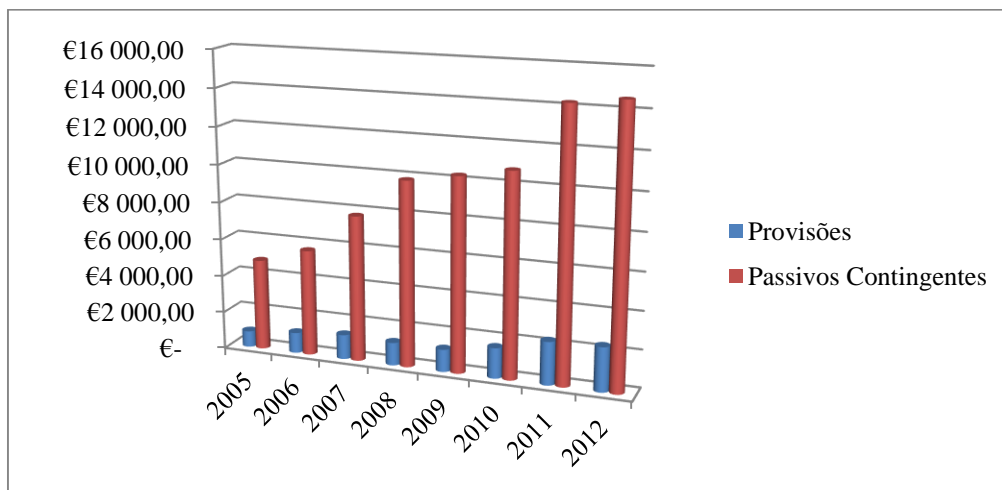
Com o objetivo de resolver o problema de heterocedasticidade e autocorrelação foi realizada a correção do modelo pela estimação *cluster*, cujos resultados são discutidos no capítulo seguinte.

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5.1. Caracterização da amostra

Ao observarmos a figura 5.1, verificamos um aumento dos valores dos Passivos Contingentes divulgados ao longo do período da amostra (cerca de 200% entre 2005 e 2012). Relativamente às Provisões verificou-se também um aumento geral nos valores reconhecidos (cerca de 175% entre 2005 e 2012), com exceção dos anos de 2008 e 2009, onde se registou uma diminuição de cerca de 9% (no período de 2007 a 2009).

**Figura 5.1** Evolução Provisões de Passivos Contingentes



Fonte: Elaboração própria

Em milhões de euros

Como se pode verificar na tabela 5.1 os valores das Provisões variam significativamente de setor para setor, apresentando também alguma dispersão. Foi efetuada uma análise semelhante para os Passivos Contingentes (ver apêndice 4) e as conclusões foram semelhantes.

**Tabela 5.1 Estatísticas descritivas das Provisões por setor de atividade**

Setor	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	N.º Obs.
<b>Bens de consumo</b>	4.036,36 €	2.190,05 €	5.544,30 €	21.038,00 €	48,00 €	24
<b>Bens Industriais</b>	33.887,85 €	4.264,27 €	69.938,56 €	382.321,00 €	0,00 €	94
<b>Materiais básicos</b>	16.693,20 €	4.653,13 €	18.264,04 €	54.865,80 €	160,40 €	29
<b>Petróleo e gás</b>	117.484,14 €	110.650,00 €	1.594,04 €	156.257,00 €	82.571,00 €	7
<b>Serviços ao consumidor</b>	6.505,36 €	6.327,08 €	25.601,80 €	116.897,25 €	15,39 €	70
<i>Utilities</i>	220.073,29 €	296.484,00 €	179.685,23 €	431.194,00 €	5.288,00 €	14
<b>Tecnologia</b>	743,57 €	357,37 €	874,42 €	2.970,98 €	0,00 €	32
<b>Telecomunicações</b>	196.152,96 €	88.590,14 €	260.765,67 €	861.884,52 €	5.092,48 €	16

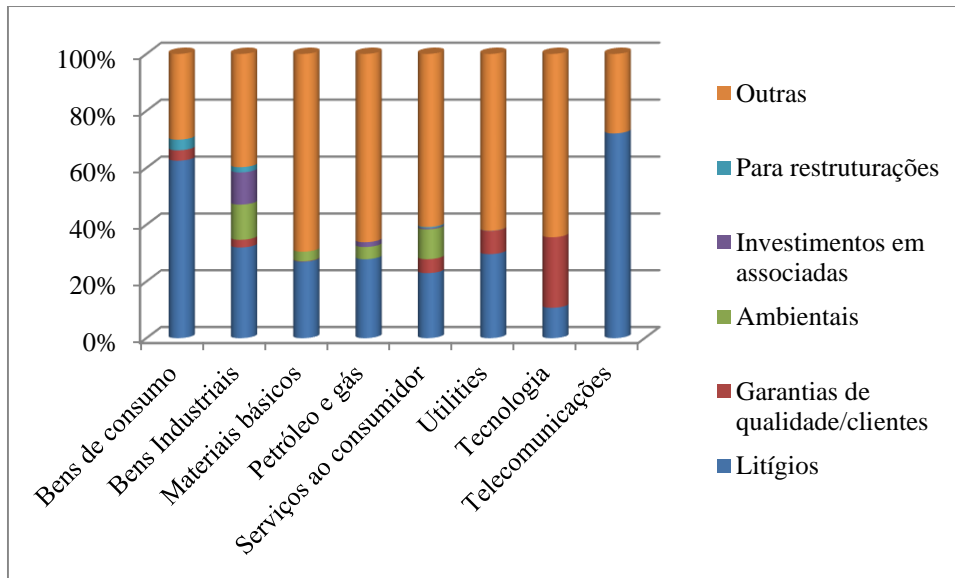
Fonte: Elaboração própria

Em milhares de euros

Apesar de não ter sido encontrada evidência estatística significativa que permitisse definir o setor de atividade como explicativo para o reconhecimento de Provisões foi efetuada uma análise no sentido de perceber quais os tipos de Provisões mais reconhecidos dentro de cada setor de atividade e qual o setor que mais reconheceu cada tipo de Provisões.

Assim, relativamente à primeira análise na figura 5.2 destaca-se o facto das Provisões para litígios ser o principal tipo de Provisão reconhecido no setor de bens de consumo e de telecomunicações e as “outras Provisões” serem o principal na maioria dos outros setores.

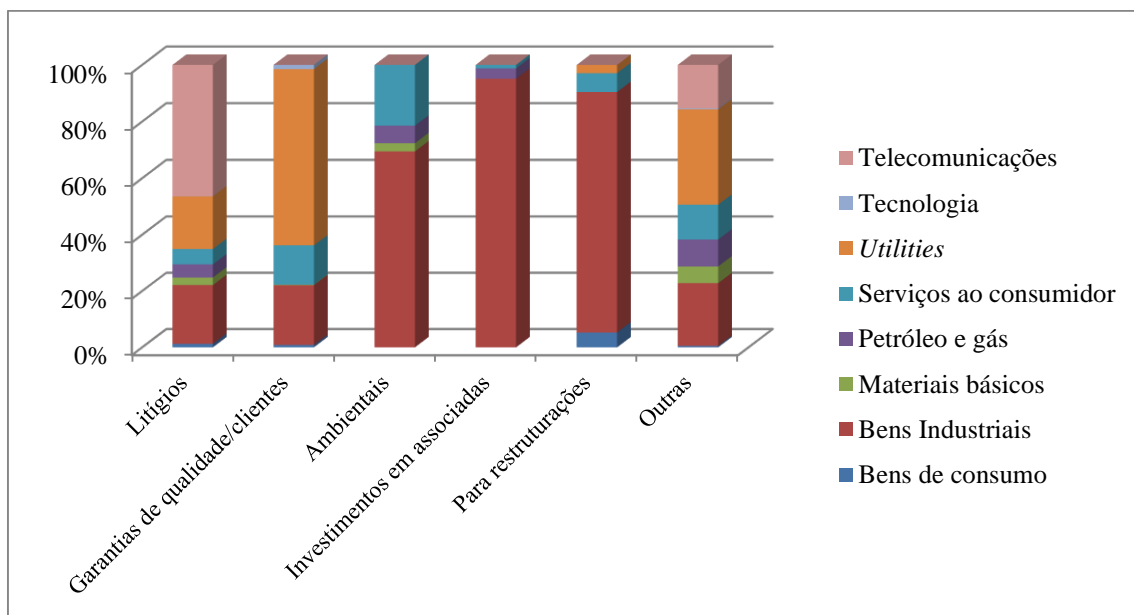
**Figura 5.2 Análise do setor por tipos de Provisões**



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à segunda análise, verifica-se que de todas as Provisões reconhecidas para litígios, o setor das telecomunicações é responsável pela maior parte. As Provisões para garantias de qualidade ou clientes são reconhecidas na sua maioria pelo setor de *utilities* e o setor de bens industriais é o mais representativo nas Provisões ambientais, investimentos em associadas e para reestruturações.

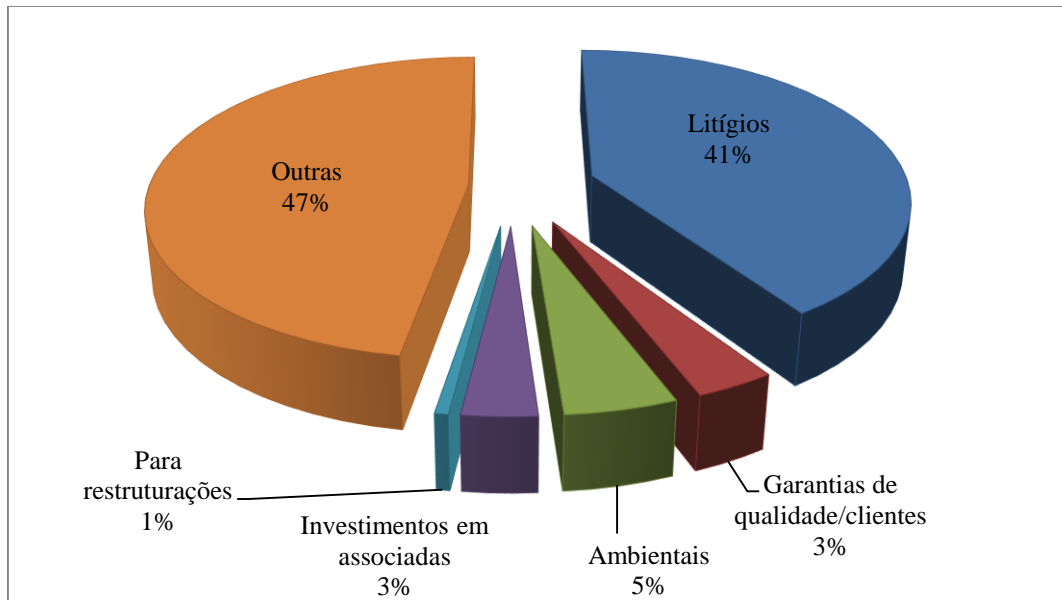
**Figura 5.3 Discriminação do tipo de Provisão por setor**



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito a valores totais, é possível observar na figura 5.4 que 41% das Provisões reconhecidas referem-se a litígios, 47% a outras<sup>22</sup>, sendo os 12% remanescentes dividido pelas outras categorias.

**Figura 5.4 Tipos de Provisões**



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito aos Passivos Contingentes, cerca de 83% dos valores divulgados pelas entidades dizem respeito a garantias prestadas, perto de 17% refere-se a litígios e os remanescentes 0,28% a outros (ver Apêndice 5).

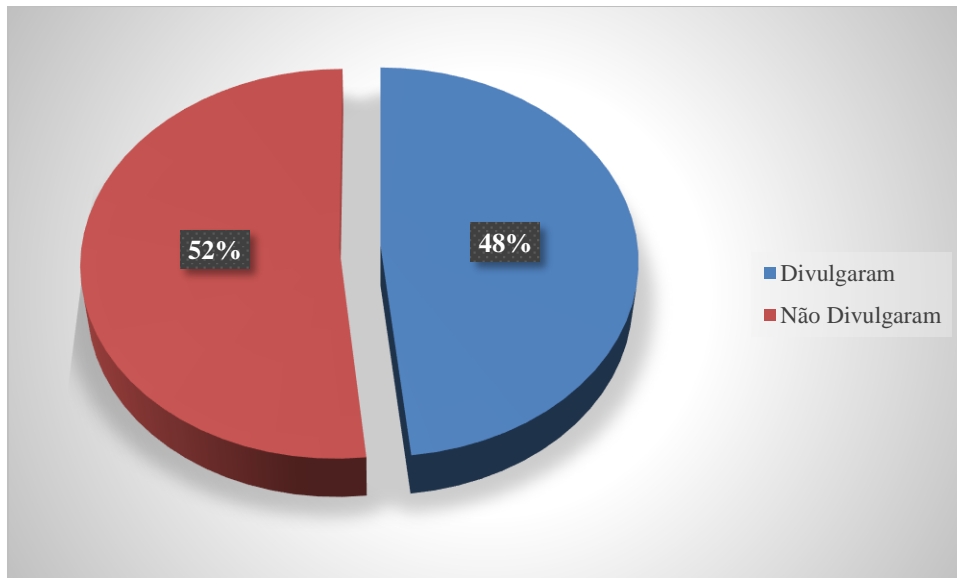
Como o valor referente a garantias representa grande parte dos valores divulgados no que diz respeito a este *item* e a informação sobre a natureza das garantias em grande parte dos casos é reduzido ou inexistente, foi feita uma análise das entidades que divulgaram Passivos Contingentes, excluindo os valores referentes às Garantias<sup>23</sup>.

Como podemos observar na figura 5.5, retirando a rubrica garantias, mais de 50% das entidades não divulgaram quaisquer Passivos Contingentes, o que representa 148 observações.

<sup>22</sup> O valor constante em outras Provisões inclui a rubrica outras Provisões para riscos e encargos, Provisões específicas de alguns setores de atividade ou as Provisões em que não existe qualquer tipo de detalhe no Anexo.

<sup>23</sup> Não foram excluídos os valores referentes a garantias dadas a clientes.

**Figura 5.5 Divulgação de Passivos Contingentes excluindo as Garantias Bancárias**



Fonte: Elaboração própria

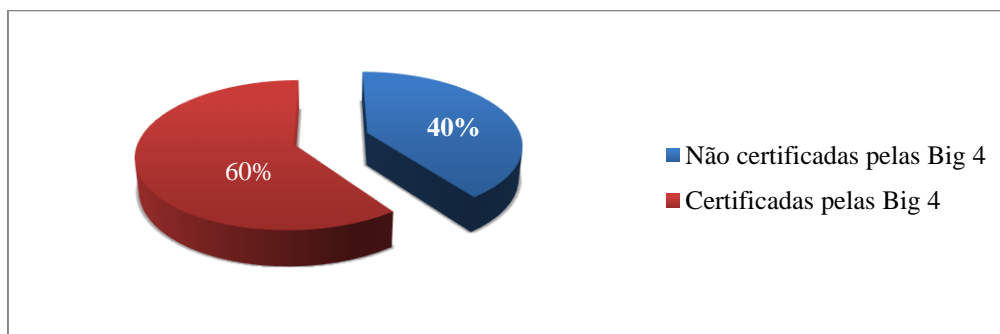
### 5.1.1. Características qualitativas

A partir das variáveis qualitativas do estudo apresenta-se uma breve caracterização da amostra.

#### 5.1.1.1. Auditoria

No que diz respeito à variável auditoria, é possível observar no gráfico 5.6 que a maioria das empresas da amostra são ou já foram certificadas por uma das *Big Four*. Existe assim uma tendência para as empresas com títulos cotados em bolsa darem preferências às empresas multinacionais na certificação legal das suas contas, talvez pela segurança de uma reputação adquirida ao longo do tempo.

**Figura 5.6 Certificação legal de contas pelas *Big Four***



Fonte: Elaboração própria

#### **5.1.1.2. PSI20**

O PSI20 é o principal índice de referência da *Euronext Lisbon*, ou seja, o principal índice de referência do mercado de capitais português. É composto pelas ações das vinte maiores empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa. É o índice de ações que agrupa os 20 títulos mais líquidos do mercado português.

Na sua totalidade, 56% da amostra diz respeito a entidades que integram ou já integraram este índice em algum dos anos da amostra (ver Apêndice 6).

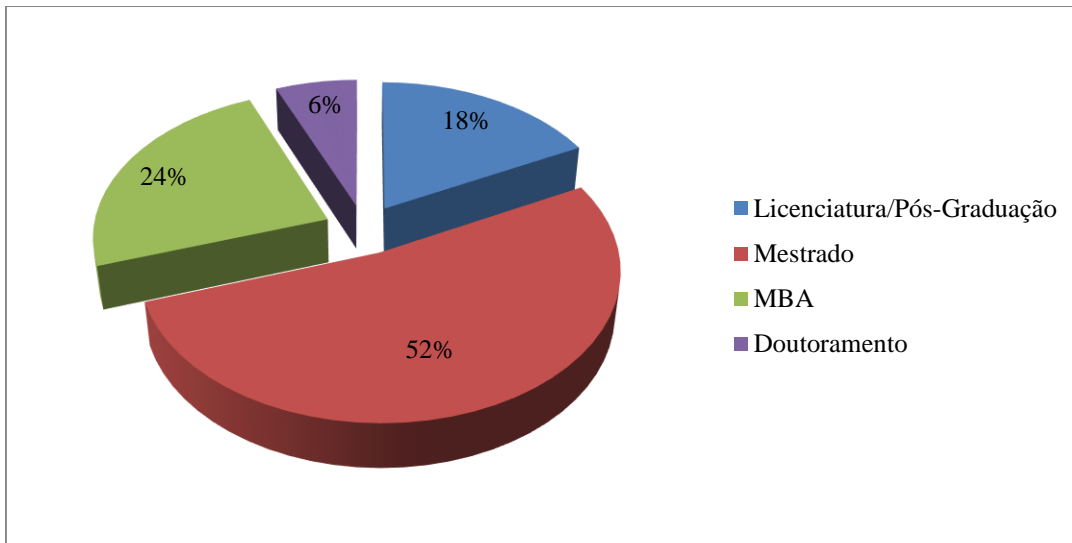
#### **5.1.1.3. Multicotada**

No que diz respeito à cotação noutra mercado para além da *Euronext Lisbon*, apenas 47% do valor das observações indicam cotação noutros mercados para além do nacional (ver Apêndice 7).

#### **5.1.1.4. Habilitações Literárias do CEO**

Ao analisarmos as habilitações literárias dos CEO das empresas da amostra observamos, de acordo com o gráfico 5.7, que a maioria (52%) possui um mestrado, 24% um MBA e apenas 6% possui um doutoramento. O valor de apenas 18% observado na opção da Licenciatura/Pós-Graduação demonstra uma preocupação por parte dos líderes destas grandes empresas em obter uma formação e conhecimento que lhes permita um desempenho melhor das suas funções, tendo em conta a responsabilidade que detêm.

**Figura 5.7 Habilitações Literárias do CEO**



Fonte: Elaboração própria

### 5.1.2. Características quantitativas

Foram utilizadas diversas variáveis quantitativas no estudo, sobre as quais se apresenta uma breve análise na tabela 5.2. É assim possível observar a média, mediana, desvio padrão, máximos e mínimos relativos às variáveis quantitativas do estudo.

**Tabela 5.2 Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas**

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
<b>log_Ativo</b>	6,6859	6,60	1,7183	10,66	3,174
<b>ceo_ac</b>	5,3911	0,18	18,6833	113,30	0,00
<b>i_minort</b>	127,9721	2,29	423,5284	3.277,25	-172,520
<b>endiv</b>	9,8488	1,71	50,0981	697,76	0,090
<b>IRC</b>	30,0037	3,93	66,7438	427,23	-51,368

Fonte: Elaboração própria

Em milhões de euros

Da análise da tabela observa-se de uma maneira geral alguma dispersão dos dados relativamente a todas as variáveis. Pode-se destacar a variável n.º de ações do CEO cujos valores variam entre zero e 113,30 milhões, com a média a rondar os 5,39 milhões de Euros. A média dos interesses minoritários situa-se em cerca 127,97 milhões, atingindo

um valor mínimo de 172,52 milhões negativos e um valor máximo de cerca de 3.277 milhões de Euros. Finalmente, no que diz respeito ao IRC a amostra apresenta um média de 30 milhões, com valores a variar entre os – 51,36 e os 427,23 milhões de Euros.

## 5.2. Análise do Modelo

Na sequência da análise descritiva, será desenvolvido neste ponto a análise estatística dos resultados da estimação do modelo de regressão.

A tabela 5.3 reflete os coeficientes de correlação de *Pearson* e os respetivos níveis de significância associados.

**Tabela 5.3 Correlação e níveis de significância**

Variáveis	log_prov	ceo_ac	log_Ativo	audit	ceo_grau	cotada	psi20	i_minort	endiv	Imposto
log_prov	1.0000									
ceo_ac	-0.0695	1.0000								
log_Ativo	0.8558 *	0.0949	1.0000							
audit	0.1379 **	-0.0729	0.0769	1.0000						
ceo_grau	-0.0264	-0.2049 *	-0.1054 ***	0.1580 *	1.0000					
cotada	0.4757 *	0.1820 *	0.4996 *	0.1148 ***	0.0297	1.0000				
psi20	0.6158 *	0.0144	0.6857 *	0.1211 **	-0.0748	0.2472 *	1.0000			
i_minort	0.4323 *	-0.0623	0.5212 *	0.0950	0.1156 ***	0.2567 *	0.3202 *	1.0000		
endiv	-0.2476 *	-0.0184	-0.2204 *	-0.0616	-0.0154	-0.1516 **	-0.1349 **	-0.0481	1.0000	
IRC	0.5599 *	-0.0834	0.6381 *	0.0565	0.1185 ***	0.3442 *	0.4441 *	0.7813 *	-0.0712	1.0000

**Nota:** As designações \*, \*\* e \*\*\* indicam que as correlações são significativas para, respetivamente 1%, 5% e 10 % de nível de significância.

Fonte: Elaboração própria

Tal como é possível observar, com a exceção de duas variáveis independentes, todas as restantes estão significativamente associadas à variável dependente, umas de forma positiva e outras negativas. As variáveis que apresentam uma correlação mais elevada são o logaritmo do Ativo (0,8558) e a PSI20 (0,6158).

De um modo geral, a correlação entre as variáveis independentes é reduzida ou média, o que confirma tal como já testado anteriormente, que o modelo não apresenta um problema de multicolinearidade.

No que diz respeito aos resultados multivariados, a tabela 5.4 apresenta os resultados do modelo de regressão de efeitos fixos, depois de efetuada uma estimação *cluster*, de forma a resolver o problema de heterocedasticidade e autocorrelação detetado nos testes efetuados e já referidos no capítulo anterior.

**Tabela 5.4 Resultados das regressões**

Variáveis Independentes	Coef.	Estatística t
<b>ceo_ac</b>	.0115785	2.38 **
<b>log_Ativo</b>	1.386.671	4.53 *
<b>audit</b>	.7032337	2.46 **
<b>ceo_grau</b>	.567882	1.92 ***
<b>cotada</b>	.4963399	2.13 **
<b>psi20</b>	-.0908552	-0.35
<b>i_minort</b>	-.0002304	-2.03 ***
<b>endiv</b>	.0000167	0.01
<b>IRC</b>	-.0014858	-1.91 ***
<b>_cons</b>	-9.190066	-4.42 *

**Nota:** As designações \*, \*\* e \*\*\* para, respetivamente 1%, 5% e 10 % de nível de significância.

Fonte: Elaboração própria

Teste F       $F(9, 35) = 15.73$ ;  $P\text{-value} = 0.0000$   
 $R^2 = 0.7982$ ;  $R^2$  Ajustado = 0.7908

Nº de Observações: 258

Os resultados do modelo são significativos para um  $p\text{-value} = 0.0000$  com  $R^2 = 0.7908$ .

Como é possível observar para um nível de significância de 5% ou menos, as variáveis n.º de ações do CEO, dimensão, empresa de auditoria e multicotada apresentam-se como explicativas. Se considerarmos um nível de significância menos exigente (10%) todas as variáveis, com exceção do endividamento e do PSI20, apresentam correlação com a variável dependente.

No que diz respeito à variável endividamento, apesar de se verificar uma relação positiva, o resultado não permite chegar às mesmas conclusões da maioria estudos apresentados na bibliografia, já que não foi encontrada significância estatística (*p-value* superior a 10%).

A variável PSI20 apresenta uma correlação oposta ao esperado. Apesar dos resultados indicarem que as empresas do PSI20 divulgam menos Provisões, esta correlação também não apresenta significância estatística.

A correlação positiva com a variável dimensão veio confirmar os resultados obtidos na maioria dos estudos (Singhvi e Desai, 1971; Guerreiro, 2006; Oliveira, 2011; Ponte *et al.*, 2012; Albert *et al.*, 2002). Tal como já foi referido, esta relação pode ser justificada pelo custo de informação ser mais reduzido nas empresas de maior dimensão ou porque poderá existir uma necessidade de reduzir a exposição de informação por parte das empresas de menor dimensão, para não colocar em risco a sua competitividade.

Verificou-se uma relação positiva relativamente ao tipo de auditor. Sendo esta uma variável cuja existência de correlação não é unânime da literatura, o resultado obtido revela uma influência das *Big Four* nas divulgações de Provisões. Estas empresas promovem a divulgação de informação para proteger a sua reputação e porque serão menos sensíveis a eventuais perdas de clientes (Albert *et al.*, 2002).

Confirmou-se a relação negativa prevista entre a variável interesses minoritários e a variável dependente. Assim, um aumento do valor dos interesses minoritários resultará numa redução do reconhecimento de Provisões, o que poderá significar uma tentativa de agradar aos acionistas ao transmitir uma imagem de pouco risco e aumentar a possibilidade de distribuição de dividendos. Pelo contrário uma empresa com elevado valor de Provisões passará para o público um cenário de risco e incerteza perante perdas prováveis.

As empresas que detêm títulos à negociação em mais do que um mercado de valores mobiliários divulgam mais Provisões. Esta observação poderá ser justificada pelo facto destas empresas estarem sujeitas a uma maior exposição pública e utentes eventualmente mais exigente.

O valor do IRC tal como previsto, relaciona-se negativamente com o reconhecimento de Provisões. Segundo Ribeiro (2012: 6) “As Provisões que têm origens em demandas fiscais administrativas e judiciais são elementos que podem ser manipulados pelas instituições utilizando subjetividades existentes no entendimento e aplicação da legislação, no sentido de melhorar ou piorar o resultado contábil”. Assim a relação inversa entre estas duas variáveis poderá ser justificada por um objetivo de alisamento de resultados. Ribeiro (2012) encontrou no seu estudo indícios da possibilidade de gestão de resultados através da decisão de reconhecimento ou não de Provisões. Assim, em anos em que as empresas apresentem imposto a liquidar mais elevado poderá existir diminuição dos gastos para manter um determinado nível de resultados pretendido.

Em relação ao fator administração/CEO, ambas as variáveis se revelaram com correlação positiva. Se por um lado um CEO com mais habilitações literárias terá mais sensibilidade para a divulgação de informação, a relação positiva com o n.º de ações poderá ser explicada à luz da teoria da agência<sup>24</sup>. Luzia (2013) refere que uma das formas de atenuar eventuais diferenças de interesses é através de incentivos, como é o caso da atribuição de ações da empresa ao CEO. Assim, haverá alguma lógica para o CEO, ao deter participação na empresa, em garantir que a divulgação seja feita de forma adequada.

---

<sup>24</sup> Segundo Ribeiro (2012: 16):” A teoria da agência trata da relação entre o principal e o agente, sendo que o principal é o *stockholder* ou proprietário da empresa, que contrata o agente para tomar decisões em seu nome. O agente contratado, sendo um ser racional, procurará maximizar o seu benefício e, muitas vezes poderá agir contra os interesses do principal, ao buscar sua própria maximização de resultados”.

## 6. CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

O presente estudo pretende obter uma visão sobre as características das Provisões e Passivos Contingentes das empresas com títulos cotados na *Euronext Lisbon* e encontrar fatores que expliquem uma maior ou menor divulgação das Provisões.

Assim, com base no relatório e contas das entidades com títulos cotados na *Euronext Lisbon* a 31 de Dezembro de 2012, identificou-se e recolheu-se os valores reconhecidos na rubrica Provisões e as divulgações de Passivos Contingentes durante o período de 2005 a 2012.

Da análise descritiva observou-se um aumento do valor de Passivos Contingentes divulgados ao longo do período em análise, sendo que cerca de 83% dos valores divulgados referem-se a garantias prestadas. Como grande parte dos relatórios não possui uma informação completa acerca do tipo de garantias prestadas, foi feita a análise dos Passivos Contingentes retirando-lhes o valor das garantias. Concluiu-se que, excluindo as garantias prestadas, apenas 48% das entidades divulgou algum tipo de Passivo Contingente durante o período em análise.

No que diz respeito às Provisões verificou-se um aumento gradual nos valores divulgados ao longo do período em análise, com exceção dos anos de 2008 e 2009. Do total de Provisões reconhecidas para investimentos em associadas, para reestruturações e de carácter ambiental, a maioria pertence ao setor de bens industriais. No que diz respeito a Provisões para litígios o setor mais representativo é o das telecomunicações, sendo o setor de *utilities* o responsável pela maioria de Provisões para garantias de qualidade/clientes. Observou-se também que o setor com o maior valor médio de Provisões é o setor de *utilities* e o de tecnologias é o setor que apresenta uma média menor.

Relativamente ao objetivo principal do estudo, ou seja, a determinação de fatores explicativos da divulgação de Provisões, foi elaborado um modelo de regressão linear nos quais foram utilizados dados em painel e a análise foi desenvolvida com recurso ao *software stata*.

A variável dependente considerada foi o logaritmo do valor total de Provisões reconhecido em Balanço.

Como variáveis explicativas foram selecionadas variáveis de natureza interna, externa e relacionadas com o CEO. Algumas destas variáveis foram selecionadas com base em estudos desenvolvidos anteriormente, outras apresentam caráter exploratório.

Os resultados obtidos indicam que tal como a maioria dos estudos anteriormente referidos, a dimensão está positivamente associada ao valor de Provisões reconhecido pelas entidades. No que diz respeito à variável auditor, ao contrário do estudo desenvolvido por Albert *et al.* (2002), os resultados permitem concluir que as entidades auditadas pelas *Big Four* reconhecem mais Provisões que as restantes.

Foi também encontrada uma correlação negativa entre o valor de interesses minoritários e a variável dependente para um nível de significância de 10%.

No que concerne ao endividamento, tal como no estudo de Ponte *et al.* (2012) os resultados não permitem concluir que se trata de uma variável explicativa para um nível de significância inferior a 10%.

Dos três fatores de natureza externa testados, apenas o *psi20* não foi considerada como explicativo. Pelo contrário, as variáveis multicotada e IRC apresentam-se positiva e negativamente relacionadas com o reconhecimento de Provisões.

As variáveis exploratórias testadas relativas ao CEO vierem confirmar a importância que este tem na decisão de divulgações. Trata-se do líder da empresa e quem toma as decisões estratégicas e que estará mais sensibilizado para a necessidade de divulgação de informação.

Apesar da variável setor de atividade ser considerada como explicativa na maioria dos estudos abordados na revisão de literatura, não foi encontrada evidência estatística que permitisse inserir esta variável no modelo desenvolvido.

O tema das Provisões tem gerado muitos debates por ser um tema relacionado com situações de risco e com uma grande componente de subjetividade já que obriga muitas vezes ao julgamento profissional. Assim, apesar dos resultados estarem limitados à realidade portuguesa, os resultados obtidos contribuem para ampliar e complementar

todos os estudos efetuados através da introdução de algumas variáveis exploratórias, pela metodologia utilizada e a atualidade dos dados.

Durante a fase da recolha dos dados verificou-se que a informação divulgada nos relatórios é na maior parte dos casos incompleta e pouco clara tal como Cruz (2012) já tinha concluído no seu estudo. Observou-se também uma simples transcrição de frases constantes na norma demonstrando alguma mecanização, pouca criatividade e insuficiente qualidade no relato da informação divulgada no que diz respeito a contingências. Salvo algumas exceções, não se consegue obter informações no que diz respeito por exemplo aos pressupostos utilizados na elaboração de estimativas, na expectativa de eventuais reembolsos ou até eventuais ligações entre Passivos Contingentes que foram reconhecidos como Provisões em anos posteriores. Muitas das empresas não fazem a discriminação entre utilizações e reversões de Provisões e algumas nem dão qualquer tipo de informação relativamente à variação do valor das Provisões. Esta situação limitou um pouco a recolha de alguns dados que inicialmente se pensou em testar como eventuais variáveis explicativas.

Pretendia-se também efetuar um estado mais completo acerca dos Passivos Contingentes, mas tal como já foi referido a maioria das empresas divulgado nas notas do Anexo um valor relativo a garantias prestadas sem qualquer tipo de informação que nos permitisse avaliar se era passível de ser enquadrado neste tipo de Passivo. Sendo que cerca de 83% dos valores de Passivos Contingentes se referem precisamente a garantias prestadas, poderia conduzir a análises com base em dados incorretos, o que levou à decisão de abandonar esta análise.

Outra das limitações é o facto de não existir a garantia que toda a informação é divulgada. Podem existir situações de risco ou incerteza que sejam de conhecimento interno, mas que por decisão da administração seja omissa nos relatórios.

Apesar destas limitações considera-se que as conclusões obtidas não põem em causa as conclusões do estudo.

Como investigação futura é proposto um estudo semelhante, alargando a amostra para as entidades nacionais sem títulos cotados ou até para entidades cotadas noutras bolsas de forma a comparar com os valores obtidos neste estudo. No caso das empresas cotadas

noutros países poderiam ser tidas em consideração as variáveis cultura ou até mesmos eventuais diferenças na tradução da norma internacional para a língua do país em causa.

## BIBLIOGRAFIA

- Albert, I. R., J. L. Briones e S. M. J. Cardoso (2002) Factors determining information disclosure (Accounting and Financial Economy Department. Seville: School of Economic and Business Sciences. Disponível em URL: <http://personal.us.es/ira/articulosyabstracts/abstract%20EAA2003.pdf>. [Consultado em 27 de julho de 2014].
- Aharony, J. e A. Dotan (2004) A Comparative Analysis of Auditor, Manager and Financial Analyst Interpretation of SFAS 5 Disclosure Guidelines, *Journal of Business Finance & Accounting*, 31: 3 & 4, 475-504.
- Albuquerque, F. H. e M. C. Almeida (2011) A Cultura, os valores contabilísticos e o julgamento profissional dos preparadores portugueses, *Jornal de Contabilidade APOTEC*, 407, 39-52.
- Albuquerque, F. H. F. e M. M. Marcelino (2013) A importância do julgamento profissional na perceção dos preparadores da informação: o caso português, *XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria*.
- Almeida, R. M. P. (2013). Entrevista concedida à revista TOC, 163, 10-18.
- Azevedo, G. e J. Oliveira (2013) *Revisão das normas contabilísticas*, Formação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Banks, D. W e W. R. Kinney, (1982), Loss Contingency Reports and Stock Prices: An Empirical Study, *Journal of Accounting Research*, 20:1, 240-254.
- Borba, J. A., F. Z. Poeta, D. M. Ferreira e T. C. Borba (2014) An Analysis of verbal probability expressions in judgment related to contingencies, *American Accounting Association Annual Meeting and Conference on Teaching and Learning in Accounting*.
- Chalmers, K. e J. M. Godfrey (2004) Reputation costs: the impetus for voluntary derivative financial instrument reporting, *Accounting, Organizations and Society*, 29, 95-125.
- Cipriano, J. A. S. (2005) *A Fiscalidade e a Contabilidade no contexto nacional – uma reflexão*, *Jornal de Contabilidade APOTEC*, 338, 178-180
- Comunidade Europeia, CE (2002) Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 relativo à aplicação das normas internacionais de Contabilidade. Julho, Bruxelas (UE). Disponível em URL: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS\\_IFRS\\_UE/Reg\\_1606\\_02\\_IAS\\_pt.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/Reg_1606_02_IAS_pt.pdf). Consultado em 21 de Agosto de 2014.

- Cooke, T. E. (1992) The impact of size, stock market listing and industry type on disclosure in the annual reports of Japanese listed corporations, *Accounting and Business Research*, 22:87, 229-237.
- Costa, C. B. e G. C. Alves (1998) *Contabilidade Financeira*, 2ª edição, Lisboa, Vislis Editores.
- Costa, E. B. (2013) *Passivos Contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Costa, R. J. D. G. (2010) *A Contabilização das Provisões*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Aveiro.
- Cravo, D. J. S. (1994) Contingências e Demonstrações Financeiras, V Jornadas de Contabilidade, Porto, 519-536.
- Cravo, D., I. C. Silva, C. Grenha, P. Colaço, S. Pontes (2009) Novo Sistema de Normalização Contabilística – alterações introduzidas após o processo de audição pública, *Revista TOC*, 110, 38-44.
- Cravo, D., L. Baptista, C. Grenha e S. Pontes (2009) *SNC Comentado*, 1ª edição, Alfragide, Texto Editores.
- Cruz, J. G. A. (2012) *Financial Reporting about Provisions: Evidence from Portuguese Listed Companies*, Work Project as part of the requirements for the award of a Master Degree, Universidade Nova de Lisboa.
- Cunha, C. A. S. e L. M. P. L. Rodrigues (2014) *A problemática do reconhecimento e contabilização dos impostos diferidos*, 2ª edição, Lisboa, Áreas Editora.
- Du, N., K. T. Stevens e J. E. McEnroe (2011), Improving consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases, *Research in Accounting Regulation*, 34, 67-70.
- Duarte, M., T. A. Jesus, M. Sarmiento e J. L. M. Silva – Contabilidade criativa: comunicação do XIV congresso internacional de Contabilidade e Auditoria, 2013, Lisboa.
- Duarte, M. M. R. e M. S. Ribeiro (2007) Contabilidade Criativa: algumas abordagens, *Revista TOC*, 93, 29-35.
- Dumontier, P. e B. Raffournier (1998) Why Firms Comply Voluntarily with IAS: na Empirical Analysis with Swiss Data, *Journal of International Financial Management and Accounting*, 9:3, 216-245
- El-Gazzar, S. M., P. M. Finn e R. Jacob (1999) An empirical investigation of multinational firms' compliance with international accounting standards, *The International Journal of Accounting*, 34:2, 239-248.

- Fernandes, J. D. S. e A. C. Oliveira (1994) *O Direito Fiscal e os Princípios Contabilísticos*, comunicação in Actas das V Jornadas de Contabilidade realizadas no Porto, 203-216.
- Ferreira, L. F. (2013) Provisões, Rodrigues, A. M. e Tavares, T. M., *O SNC e os Juízos de Valor – Uma Perspectiva Crítica e Multidisciplinar*, Coimbra, Edições Almedina, 181-214.
- Ferreira, L. F. (2012) *Provisões e Juízos de Valor*, Conferência sobre o SNC e os juízos de valor, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
- Ferreira, P. J. S. (2010) *Princípios de Econometria*, Bubok Publishing, S.L.
- Ferreira, R. F. (1997) *Gestão, Contabilidade e Fiscalidade*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Notícias.
- Ferreira, R. F. (2003) *Fiscalidade e Contabilidade. Estudos Críticos, diagnóstico, tendências*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Notícias
- Ferreira, R. F. (2006) *Análises de Fiscalidade e Contabilidade*, Lisboa, Publisher Team.
- Finch, N. (2009), Towards an Understanding of Cultural Influence on the International Practice of Accounting, *Journal of International Business & Cultural Studies*, 2:1, 1-6.
- Frost, C. A. (1991) Loss Contingency Reports and Stock Prices: A Replication and Extension of Banks and Kinney, *Journal of Accounting Research*, 29:1, 157-169.
- Gray, S. J. (1988) Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally, *ABACUS*, 24:1, 1-15.
- Guerreiro, M. A. S. (2006) Impacto da adopção das International Financial Reporting Standards: Factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas cotadas, *Revista Contabilidade e Gestão*, 3, 7-32.
- Guimarães, J. F. C. (2007) Técnicos oficiais de contas: história da profissão e do associativismo, estatuto e código deontológico, *Contabilidade e Fiscalidade, encerramento de contas*, Braga, Edições Infocontab.
- Guimarães, J. F. C. (2007) O “Casamento” entre a Contabilidade e a Fiscalidade, *Revista Electrónica INFOCONTAB*, 16. Disponível em URL: <http://www.infocontab.com.pt/download/revinfocontab/2007/16/205.pdf>. Consultado no mês de novembro de 2013.
- Guimarães, P. (2009) Dados de Painel, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Estatística*, 2, 46-49.
- Hossain, M., M. H. B. Perera e A. R. Rahman (1995) Voluntary Disclosure in the Annual Reports of New Zealand Companies, *Journal of International Financial Management and Accounting*, 6:1, 69-87.

- International Accounting Standards 8. Disponível em URL: <http://www.cnc.min-financas.pt/>.
- International Accounting Standards 12. Disponível em URL: <http://www.cnc.min-financas.pt/>.
- International Accounting Standards 37. Disponível em URL: <http://www.cnc.min-financas.pt/>.
- Jiao, T., M. Koning, G. Mertens e P. Roosenboom (2012) Mandatory IFRS adoption and its impact on analysts' forecasts, *International Review of Financial Analysis*, 21, 56-63.
- Luzia, M. G. (2013) *Opção SNC versus NIC: Empresas-Mãe das entidades cotadas no Mercado de ações de Lisboa*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade do Algarve.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (2014) Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro de 2014, Diário da República I Série nº 48, 253. Disponível em URL: [http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/DB0D5898-6686-41CA-A750-3498D9BCB579/0/CIRC\\_03\\_2014.pdf](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/DB0D5898-6686-41CA-A750-3498D9BCB579/0/CIRC_03_2014.pdf). Consultado no mês de Janeiro de 2014.
- Murphy, A. B. (1999) Firm Characteristics of Swiss Companies that Utilize International Accounting Standards, *The International Journal of Accounting*, 34:1, 121-131.
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 21. Disponível em URL: <http://www.cnc.min-financas.pt/>.
- Oliveira, J. S. (2007) Relato Financeiro sobre Provisões, Passivos Contingentes e activos contingentes: o caso português, *Revista Contabilidade e Gestão*, 4, 19-66.
- Oliveira, M. A. S. (2011) *Disclosure das contingências e Provisões passivas*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Pássaro, A. I. C. (2011) *NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes – suas implicações fiscais e de Auditoria*, Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Politécnico do Porto.
- Perera, M. H. B. (1989) Towards a framework to analyze the impact of Culture on Accounting, *The International Journal of Accounting*, 24, 42-56.
- Pinto M. S. (1994) *A Contabilidade, o Fisco e a Informação Financeira*, comunicação in Actas das V Jornadas de Contabilidade realizadas no Porto, 203-216.
- Ponte, V. M. R., I. V. Fonteles, C. P. S. Nascimento e S. M. D. P. Rebouças (2012) Determinantes da evidenciação de Provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA, *12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*.

- Rahman, A., H. Perera e S. Ganesh (2002) Accounting Practice Harmony, Accounting Regulation and Firm Characteristics, *ABACUS*, 38:1, 46-77.
- Ribeiro, A. C. (2012) *Provisões, Contingências e Normas Contábeis: Um Estudo de Gerenciamento de Resultados com Contencioso Legal no Brasil*, Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de São Paulo.
- Rodrigues, C. M. S. (2011) *Provisões e Contingências*, Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Politécnico do Porto.
- Rodrigues, J. (2011) *Sistema de Normalização SNC Explicado*, 2ª edição, Porto, Porto Editora
- Rodrigues, L. L. e C. A. Mendes (2002) A problemática das Provisões e contingências nas demonstrações financeiras: uma análise comparativa, *Jornal do Técnico Oficial de Contas e da Empresa*, 436, 10-20.
- Silva, J. M. G. (2011) Os conflitos entre a Fiscalidade e a Contabilidade no âmbito do trabalho de revisão/Auditoria, *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, 52, 54-65.
- Simon, J. (2010) Interpretation of probability expressions by financial directors and auditors of UK companies, *The European Accounting Review*, 11:3, 601-629.
- Shying, M.. Auditors interpretation of “in-isolation” verbal probability expressions: A cross-national study. (S/D). Disponível em URL: <https://www.sec.gov/rules/concept/s70400/shying1.htm> . [Consultado em 31 de março de 2014].
- Singhvi, S. S. e H. B. Desai (1971) An Empirical Analysis of the Quality of Corporate Financial Disclosure, *The Accounting Review*, 46:1, 129-138.
- Suave, R, M. M. Codesso, H. M. Pinto, E. F. R. Vicente e R. J. Lunkes (2013), Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da Bm&Fbovespa, *Revista da Unifebe*, 1:11.
- Taliani, E. C. e J. L. Alvarez (1989) Aproximación empírica sobre el tratamiento contable de las contingencias empresariales, *V Congreso de la AECA*, Murcia, 173-236
- Teixeira, C. e A. F Silva (2009) The Interpretation of Verbal Probability Expressions Used in the IAS/IFRS: Some Portuguese Evidence, *Revista de Estudos Politécnicos*, VII:12, 57-73.
- Teixeira, M. C. R. C. (2009) O impacto da cultura na interpretação dos termos e expressões que exprimem probabilidades utilizados no normativo do IASB: o caso dos auditores registados na CMVM, *Prémio Professor Rogério Fernandes Ferreira*, 5ª Edição, Lisboa, Edição CTOC, 163-200.
- Tsakumis, G. T. (2007) The Influence of Culture on Accountants’ Application of Financial Reporting Rules, *ABACUS*, 43:1, 27-48.

## **APÊNDICES**

**Apêndice 1 - Entidades com títulos admitidos à negociação na Euronext Lisbon a 31 de dezembro de 2012**

<b>Empresa</b>
Altri SGPS, S.A.
Banco BPI, S.A.
Banco Comercial Português, S.A.
Banco Espírito Santo, S.A.
Banco Popular Español, S.A.
Banco Santander Totta, S.A.
Banif, SGPS, S.A.
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.
Cimpor Cimentos de Portugal SGPS, S.A.
Cofina SGPS S.A.
Compta-Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
EDP - Energias de Portugal S.A.
EDP Renováveis, S.A.
Espírito Santo Financial (Portugal) SGPS,S.A.
Estoril Sol, SGPS, S.A.
F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A.
Futebol Clube do Porto - Futebol SAD
Galp Energia SGPS, S.A.
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.
Ibersol, SGPS, S.A.
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Inapa-Investimentos Participações e Gestão, S.A.
Jerónimo Martins,SGPS, S.A.
Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.
Martifer, SGPS, S.A.
Mota-Engil, SGPS, S.A.
Novabase, SGPS, S.A.
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.

<b>Empresa</b>
Portugal Telecom, SGPS, S.A.
Reditus - SGPS, S.A.
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
SAG GEST - Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.
Sociedade Comercial Orey Antunes
Sonae Capital, SGPS, S.A.
Sonae Indústria, SGPS, SA
Sonae, SGPS, S.A.
SONAE.COM, SGPS, S.A.
Sport Lisboa e Benfica - Futebol, SAD
Sporting - Sociedade Desportiva de Futebol, SAD
SUMOL+COMPAL, S.A.
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.
Toyota Caetano Portugal, S.A.
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.
Zon Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

Fonte: Elaboração própria.

## Apêndice 2 - Entidades incluídas na amostra

Setor ICB	Empresa	Pertence ao PSI20
0001 - Petróleo e gás	Galp Energia SGPS, S.A.	Sim
1000 - Materiais Básicos	F.Ramada – Investimentos, SGPS, S.A.	Não
	Inapa – Investimentos Participações e Gestão, S.A.	Não
	Portucel – Empresa Produtara de Pasta e Papel, S.A.	Sim
	Semapa – Soc. Investimento e Gestão, S.G.P.S.	Sim
2000 - Bens Industriais	Altri, SGPS, S.A.	Sim
	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A.	Não
	Cimpor Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Não
	Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	Não
	Imobiliária Construção Grão-Pará, S.A.	Não
	Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A.	Não
	Martifer, SGPS, S.A.	Não
	Mota-Engil, SGPS, S.A.	Sim
	Sociedade Comercial Orey Antunes	Não
	Sonae Industria, SGPS, S.A.	Sim
Teixeira Duarte, S.A.	Não	
3000 - Bens de consumo	Toyota Caetano Portugal, S.A.	Não
	Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Não
	SUMOL+COMPAL, SGPS, S.A.	Não
	VAA – Vista Alegre Atlântis, SGPS, S.A.	Não

<b>Setor ICB</b>	<b>Empresa</b>	<b>Pertence ao PSI20</b>
5000 - Serviços ao consumidor	Cofina SGPS, S.A.	Sim
	Estoril Sol, SGPS, S.A.	Não
	Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Não
	Ibersol, SGPS, S.A.	Não
	Impresa – SGPS, S.A.	Não
	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Sim
	SAG Gest – Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A.	Não
	Sonae, SGPS, S.A.	Sim
	Zon Multimédia, SGPS, S.A.	Sim
6000 - Telecomunicações	Portugal Telecom, SGPS, S.A.	Sim
	SONAE.COM, SGPS, S.A.	Sim
7000 – <i>Utilities</i>	EDP – Energias de Portugal, S.A.	Sim
	REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sim
9000 - Tecnologia	Compta – Equip. e Serviços Informática, S.A.	Não
	Glintt – Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Não
	Novabase, SGPS, S.A.	Não
	Reditus, SGPS, S.A.	Não

Fonte: Elaboração própria.

### Apêndice 3 - Estimação do modelo

```
. regress log_prov ceo_ac log_Ativo audit ceo_grau cotada psi20 i_minort endiv IRC
```

Source	SS	df	MS	Number of obs =	258
Model	1354.0316	9	150.447956	F( 9, 248) =	108.96
Residual	342.422742	248	1.38073686	Prob > F =	0.0000
Total	1696.45434	257	6.60098966	R-squared =	0.7982
				Adj R-squared =	0.7908
				Root MSE =	1.175

log_prov	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ceo_ac	-.0203811	.0040066	-5.09	0.000	-.0282724	-.0124898
log_Ativo	1.227902	.0841154	14.60	0.000	1.06223	1.393574
audit	.3435966	.1557712	2.21	0.028	.0367934	.6503998
ceo_grau	.1166295	.0979914	1.19	0.235	-.0763721	.309631
cotada	.6968367	.1759848	3.96	0.000	.3502213	1.043452
psi20	.3328292	.2079244	1.60	0.111	-.0766936	.7423519
i_minort	-.0004127	.0002692	-1.53	0.127	-.0009428	.0001175
endiv	-.0025672	.0014681	-1.75	0.082	-.0054588	.0003244
IRC	.0001667	.0019399	0.09	0.932	-.0036541	.0039876
_cons	-7.478308	.522471	-14.31	0.000	-8.507354	-6.449262

### Teste Reset

```
. ovtest
Ramsey RESET test using powers of the fitted values of log_prov
Ho: model has no omitted variables
F(3, 245) = 2.15
Prob > F = 0.0945
```

Conclusão: P-value > 0,05 Não se rejeita a hipótese nula. O modelo está bem especificado.

```
. hettest
Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity
Ho: Constant variance
Variables: fitted values of log_prov
chi2(1) = 19.10
Prob > chi2 = 0.0000
```

Conclusão: Existe Heterocedasticidade.

. vif

Variable	VIF	1/VIF
log_Ativo	3.64	0.274418
IRC	3.35	0.298584
i_minort	2.66	0.376429
psi20	2.01	0.497576
cotada	1.45	0.691362
ceo_grau	1.17	0.857468
ceo_ac	1.11	0.897191
audit	1.09	0.919575
endiv	1.07	0.936678
Mean VIF	1.95	

**Conclusão: Ausência de Multicolinearidade.**

. xtreg log\_prov ceo\_ac log\_Ativo audit ceo\_grau cotada psi20 i\_minort endiv IRC, fe

```

Fixed-effects (within) regression           Number of obs   =       258
Group variable: numero                     Number of groups =        36

R-sq:  within = 0.3405                    Obs per group:  min =         2
        between = 0.8075                  avg             =        7.2
        overall = 0.7293                  max             =         8

corr(u_i, Xb) = -0.1382                    F(9,213)        =       12.22
                                                Prob > F         =       0.0000
    
```

log_prov	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ceo_ac	.0115785	.0082098	1.41	0.160	-.0046043	.0277614
log_Ativo	1.386671	.1895423	7.32	0.000	1.013052	1.76029
audit	.7032337	.2699741	2.60	0.010	.1710705	1.235397
ceo_grau	.567882	.1790074	3.17	0.002	.215029	.920735
cotada	.4963399	.2325822	2.13	0.034	.0378823	.9547974
psi20	-.0908552	.2155439	-0.42	0.674	-.5157276	.3340172
i_minort	-.0002304	.0002797	-0.82	0.411	-.0007818	.0003209
endiv	.0000167	.0015451	0.01	0.991	-.0030289	.0030623
IRC	-.0014858	.0017389	-0.85	0.394	-.0049135	.0019419
_cons	-9.190066	1.245071	-7.38	0.000	-11.6443	-6.735827
sigma_u	1.1554437					
sigma_e	.79192974					
rho	.68038335	(fraction of variance due to u_i)				

F test that all u\_i=0: F(35, 213) = 9.51 Prob > F = 0.0000

**Conclusão: Opção pelo modelo de efeitos fixos em vez do modelo pooled.**

```
. xtreg log_prov ceo_ac log_Ativo audit ceo_grau cotada psi20 i_minort endiv IRC, re

Random-effects GLS regression                Number of obs   =       258
Group variable: numero                      Number of groups =       36

R-sq:  within = 0.3256                      Obs per group:  min =       2
        between = 0.8589                      avg =       7.2
        overall = 0.7755                      max =       8

corr(u_i, X) = 0 (assumed)                  Wald chi2(9)    =    319.51
                                                Prob > chi2     =    0.0000
```

log_prov	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
ceo_ac	-.0038292	.0059754	-0.64	0.522	-.0155406	.0078823
log_Ativo	1.426039	.1033406	13.80	0.000	1.223495	1.628583
audit	.541036	.2146108	2.52	0.012	.1204066	.9616654
ceo_grau	.4067099	.1351762	3.01	0.003	.1417694	.6716504
cotada	.4158218	.2011139	2.07	0.039	.0216459	.8099978
psi20	-.0487071	.1928446	-0.25	0.801	-.4266756	.3292615
i_minort	-.0003434	.0002585	-1.33	0.184	-.0008501	.0001632
endiv	-.0011082	.001343	-0.83	0.409	-.0037405	.0015241
IRC	-.0010049	.001644	-0.61	0.541	-.0042271	.0022173
_cons	-9.095851	.6853637	-13.27	0.000	-10.43914	-7.752562
sigma_u	.88551354					
sigma_e	.79192974					
rho	.55561645	(fraction of variance due to u_i)				

```
. xttest0

Breusch and Pagan Lagrangian multiplier test for random effects

log_prov[numero,t] = Xb + u[numero] + e[numero,t]

Estimated results:
-----
          Var      sd = sqrt(Var)
-----
log_prov  6.60099    2.569239
e         .6271527    .7919297
u         .7841342    .8855135

Test:  Var(u) = 0
      chibar2(01) = 194.95
      Prob > chibar2 = 0.0000
```

Conclusão: Opção pelo modelo de efeitos aleatórios em vez do pooled.

. hausman fe re

	Coefficients		(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
	(b) fe	(B) re		
ceo_ac	.0115785	-.0038292	.0154077	.0056299
log_Ativo	1.386671	1.426039	-.0393675	.1588931
audit	.7032337	.541036	.1621977	.1637933
ceo_grau	.567882	.4067099	.1611721	.1173502
cotada	.4963399	.4158218	.080518	.1168232
psi20	-.0908552	-.0487071	-.0421482	.0962815
i_minort	-.0002304	-.0003434	.000113	.0001068
endiv	.0000167	-.0011082	.0011249	.0007639
IRC	-.0014858	-.0010049	-.0004808	.0005666

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg  
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

chi2(9) = (b-B)' [(V\_b-V\_B)^(-1)] (b-B)  
 = 22.33  
 Prob>chi2 = 0.0079

Conclusão: Escolha entre os modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios: rejeita-se a hipótese nula, escolhe-se o modelo de efeitos fixos.



Provisões: Divulgação das Empresas Cotadas na *Euronext Lisbon*

```
. xtreg log_prov ceo_ac log_Ativo audit ceo_grau cotada psi20 i_minort endiv IRC, fe v
> ce (cluster numero)
```

```
Fixed-effects (within) regression                Number of obs   =    258
Group variable: numero                          Number of groups =    36

R-sq:  within = 0.3405                          Obs per group: min =    2
        between = 0.8075                          avg =          7.2
        overall = 0.7293                          max =          8

corr(u_i, Xb) = -0.1382                          F(9,35)         =   15.73
                                                Prob > F        =   0.0000
```

(Std. Err. adjusted for 36 clusters in numero)

log_prov	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ceo_ac	.0115785	.0048591	2.38	0.023	.0017141	.0214429
log_Ativo	1.386671	.3060018	4.53	0.000	.7654545	2.007888
audit	.7032337	.2857827	2.46	0.019	.123064	1.283403
ceo_grau	.567882	.2952374	1.92	0.063	-.0314817	1.167246
cotada	.4963399	.2333517	2.13	0.041	.0226108	.9700689
psi20	-.0908552	.262955	-0.35	0.732	-.6246823	.4429719
i_minort	-.0002304	.0001138	-2.03	0.051	-.0004614	5.61e-07
endiv	.0000167	.001655	0.01	0.992	-.0033431	.0033765
IRC	-.0014858	.0007763	-1.91	0.064	-.0030617	.0000902
_cons	-9.190066	2.078028	-4.42	0.000	-13.40869	-4.971444
sigma_u	1.1554437					
sigma_e	.79192974					
rho	.68038335	(fraction of variance due to u_i)				

Existe heterocedasticidade e autocorrelação, correu-se o modelo fixed effects, xtreg variáveis, fe cluster (número).

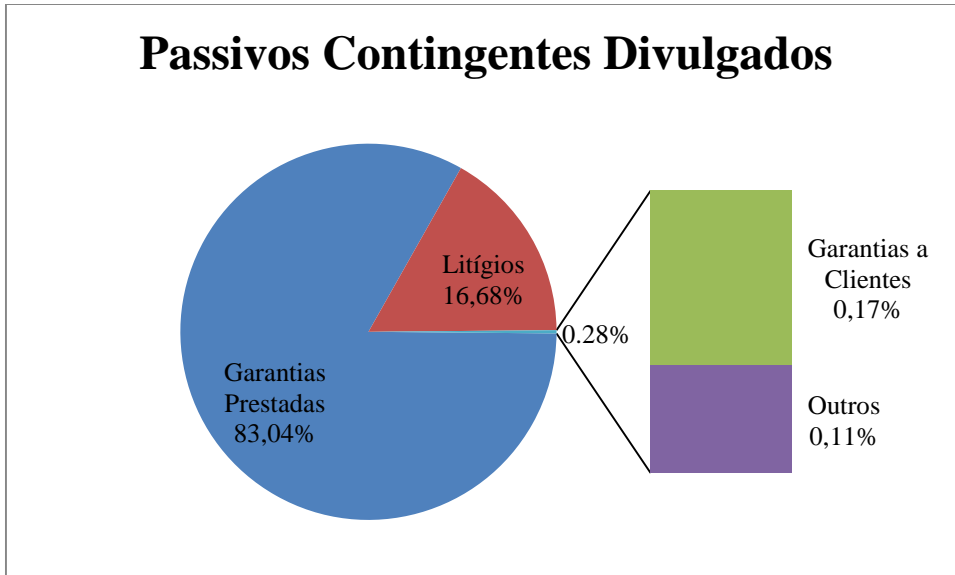
#### Apêndice 4 - Estatísticas descritivas dos Passivos Contingentes por setor de atividade

Setor	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	N.º Obs.
<b>Bens de consumo</b>	75.847,77 €	63.629,50 €	72.967,39 €	226.010,00 €	2.797,99 €	24
<b>Bens Industriais</b>	209.687,68 €	30.257,14 €	287.736,33 €	1.039.411,10 €	844,37 €	94
<b>Materiais básicos</b>	99.502,19 €	70.771,22 €	87.276,07 €	367.191,00 €	11.587,69 €	29
<b>Petróleo e gás</b>	218.577,57 €	25.551,00 €	40.580,34 €	281.578,00 €	165.894,00 €	7
<b>Serviços ao consumidor</b>	118.853,38 €	43.952,50 €	141.781,55 €	687.879,51 €	2.678,19 €	70
<i>Utilities</i>	1.982.960,37 €	1.243.927,50 €	1.627.034,88 €	4.269.753,00 €	409.391,88 €	14
<b>Tecnologia</b>	9.823,34 €	6.336,74 €	8.723,08 €	33.319,50 €	253,50 €	32
<b>Telecomunicações</b>	986.221,02 €	483.669,76 €	1.307.448,27 €	4.207.730,20 €	15.715,30 €	16

Fonte: Elaboração própria

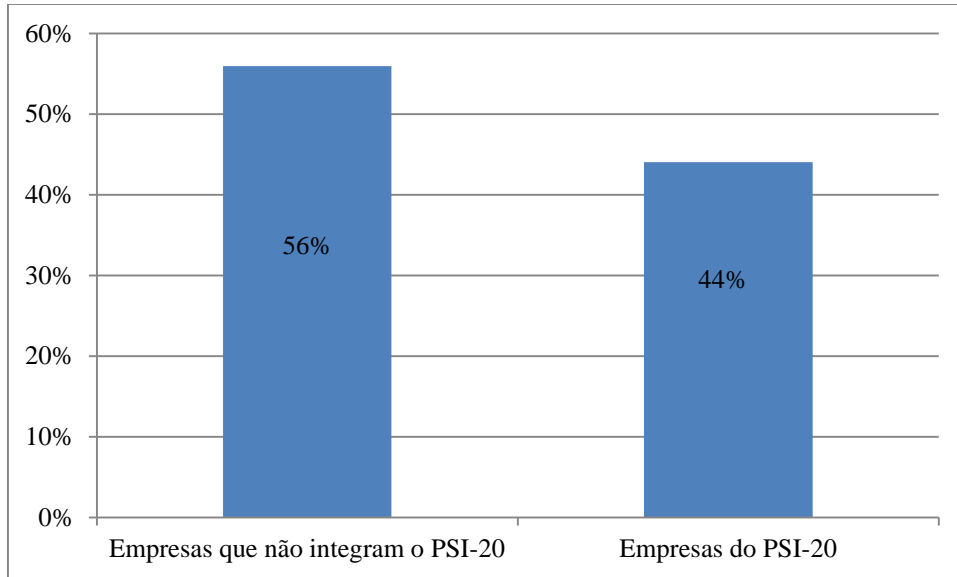
Em milhares de euros

## Apêndice 5 - Tipos de Passivos Contingentes



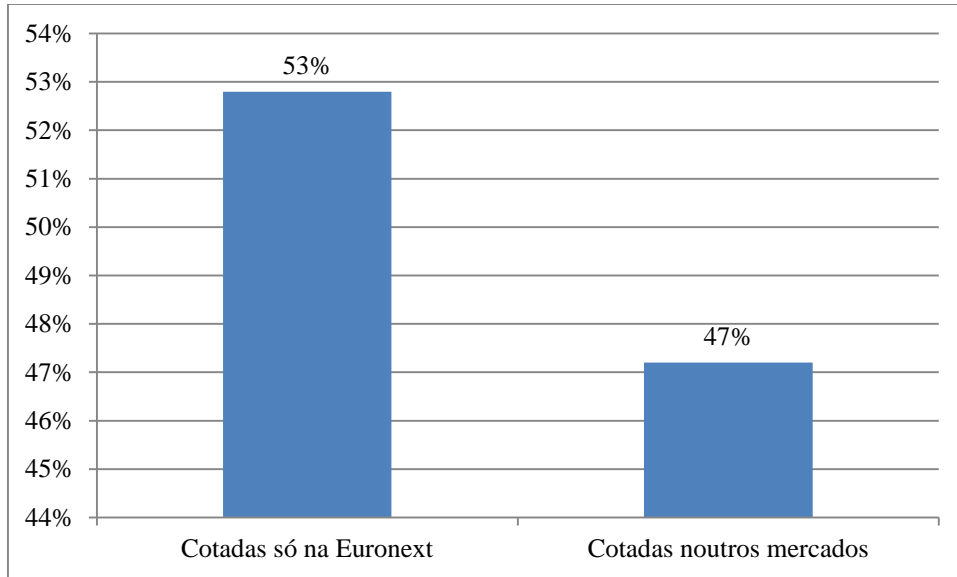
Fonte: Elaboração própria

## Apêndice 6 - Empresas que integram o PSI20



Fonte: Elaboração própria

### Apêndice 7 - Empresas com títulos cotados noutros mercados



Fonte: Elaboração própria